



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

FERNANDO BARBOSA DA SILVA

**O PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO
FENÔMENO NEM-NEM A PARTIR DOS ANOS 2000**

João Pessoa - PB

2019

FERNANDO BARBOSA DA SILVA

**O PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO
FENÔMENO NEM-NEM A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rejane Gomes Carvalho

João Pessoa - PB

2019

Catlogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Fernando Barbosa da.

O PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE
DO FENÔMENO NEM-NEM A PARTIR DOS ANOS 2000 / Fernando Barbosa da
Silva. - João Pessoa, 2019.

70 f.

Orientação: Profª Drª Rejane Gomes Carvalho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Jovens; Nem-nem; Mercado de trabalho; Gênero. I. Profª Drª Rejane
Gomes Carvalho. II. Título.

UFPB/CCSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **Fernando Barbosa da Silva**, matrícula 11223508, intitulada **O COMPORTAMENTO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO NEM-NEM A PARTIR DOS ANOS 2000**, foi submetido à apreciação da Comissão Examinadora, composta pelos professores: **Dr^a. Rejane Gomes Carvalho**, **Ms. Rosângela Palhano Ramalho** e **Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida** no dia 06/05/2019, às 14 horas, no período letivo 2018.2.

O TCC foi APROVADO pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0).

Reformulações sugeridas: Sim () Não (X)

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof. (a) Dr^a. Rejane Gomes Carvalho

Rosângela Palhano Ramalho

Prof.(a) Ms. Rosângela Palhano Ramalho

Lucas Milanez de Lima Almeida

Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida

Cientes:

Fernando Barbosa da Silva

Fernando Barbosa da Silva

Aluno

Lídice Bettizaide O. de Siqueira

Lídice Bettizaide Oliveira de Siqueira

Coordenadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso

João Pessoa- PB
2019

AGRADECIMENTOS

Começo expressando minha grande satisfação em estar concluindo essa etapa da minha vida, é um sonho sendo realizado, não só pra mim, como para meus pais. Quero agradecer a Deus por sempre ter me mandado forças, iluminando meus caminhos, me guiando sempre nos caminhos certos, me permitindo vencer os obstáculos que enfrentei durante o curso, por sempre me ouvir e sempre que precisar, está ali do meu lado. Só tenho a agradecer a ti senhor, muito obrigado Deus.

Agradecer imensamente aos meus pais, Francisco Barbosa da Silva e Francisca de Lourdes da Silva, que sem eles isso não seria possível, ao meu pai que luta diariamente para sempre conseguir dar o de melhor para mim e meu irmão, que não mede esforços para que seus filhos conseguissem obter um ensino de qualidade e até mesmo a obter um ensino superior, a minha mãe que sempre me dava forças quando achei que não ia conseguir, ao amor que me proporciona, aos ensinamentos, aos cuidados, obrigado aos dois, pelo o suporte me dado. AMO VOCÊS PARA SEMPRE! Aos meus avós, Fernando, Maria, que não estão mais presentes, mas que se estivessem aqui estariam orgulhosos de mim, vocês vivem sempre dentro do meu coração, amo vocês, a não menos importante, minha vó Antônia, (Toinha), que me tira do sério, mais que amo imensamente, obrigado.

Ao meu irmão Lucas, pelo apoio dado e por muitas vezes ter me ajudado, conte comigo para tudo que você precisar. Aos meus amigos que contribuíram diretamente e indiretamente para conclusão dessa etapa da minha vida. Ao meu grande amigo de infância José Diógenes, que mesmo com a distância, não deixou de ser presente, e obrigado pelos ensinamentos na construção das minhas tabelas, muito obrigado, irmão. A minha amiga Luziany, pelo melhores momentos da minha vida, pela convivência, meu muito obrigado. Não menos importante, aos meus grandes amigos, Estela, Willyanne, Iêda, Catarina e Devan (Deves), pelos grandes momentos já vividos, pelas risadas, pela loucuras, enfim, por tudo pessoal, obrigado a todos por estarem sempre comigo nos melhores e piores momentos da minha vida, amo vocês guys! Aos meus amigos que fiz durante essa minha vida acadêmica, a minha grande amiga Layana, o que seria de mim sem tu? Obrigado pela xerox, pela convivência, pela “amiga anota ai, depois pego contigo”, pelos resumos, pelas risadas, pelas madrugadas estudando e mandando informações um para o outro, só tenho a agradecer, obrigado amiga. Aos meus amigos Alison e Samuel, pela convivência durante o curso, a minha amiga Bruna, pelas caronas para faculdade e pela convivência, gosto demais de vocês, pessoal.

Quero deixar meu grande agradecimento a minha grande orientadora, Prof^ª Dr^ª Rejane Gomes Carvalho, pelos ensinamentos, pela orientação, agradeço por toda dedicação, apoio, paciência e calma, para comigo durante a preparação dessa pesquisa, e de ter colaborado para o meu crescimento, acadêmico, profissional e pessoal, muito obrigado professora, de coração. Por fim, quero agradecer a Universidade Federal da Paraíba, aos professores do curso de Ciências Econômicas, a coordenação, ao departamento, que contribuíram para minha formação de Economista, que sem seus ensinamentos, isso não seria possível. Obrigado!

RESUMO

O mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais competitivo e dificultando a entrada dos segmentos mais vulneráveis, como é o caso dos jovens, em virtude da elevação das exigências de qualificação sobre os ingressantes. A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o perfil dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, com destaque para aqueles indivíduos que não estudam e não trabalham, denominados como geração “nem-nem”. Estudar essa geração nem-nem é de extrema importância, visto que é perceptível a proporção que esses jovens vêm ganhando no decorrer dos anos, tornando-se necessária uma atenção maior por parte das políticas públicas que atuam na inserção no mercado de trabalho e renda, além da educação e qualificação profissional. A pesquisa está classificada como bibliográfica, analítica e quantitativa. A coleta dos dados foi obtida no IBGE, entre jovens que apresentavam idades de 15 a 29 anos, com destaque para as variáveis: trabalho, educação e renda. Foi possível compreender que vários fatores podem provocar a condição de inatividade desses jovens, podendo estar relacionados à baixa escolaridade, situação familiar de baixa renda e domicílio, além de aspectos culturais e históricos que marcaram as desigualdades sociais no país. A análise feita por regiões mostrou que o Nordeste apresentou os maiores resultados para a geração nem-nem. Em relação ao gênero e idade, percebeu-se que as mulheres apresentaram dados mais elevados em relação aos homens, o que se justifica, em parte, por permanecerem em destaque nos afazeres domésticos nos domicílios e no cuidado com os filhos, embora os jovens nem-nem do sexo masculino também tenham registrado indicadores crescentes no período analisado. Para aqueles jovens que estão inseridos na força de trabalho, a região Sudeste apresentou os maiores valores e a região Norte os valores mais baixos nesta categoria. Em relação aos jovens que estavam fora da força de trabalho, a grande região de destaque foi o Norte que apresentou os maiores números para esta modalidade, e a região Sudeste, os menores. Para o segmento que está fora da força de trabalho, o destaque ficou para o grupo de 18 a 24 anos. A pesquisa também mostrou que indivíduos que residem no meio rural tendem a apresentar os menores índices educacionais, o que interfere na inserção qualificada no mercado de trabalho. A partir dos resultados alcançados neste trabalho, foi possível mostrar como o crescimento dos jovens caracterizados na condição “nem-nem” no Brasil é preocupante, necessitando de um acompanhamento efetivo por meio de políticas públicas para melhorar as condições de qualificação e inserção dessa força de trabalho. É importante que tais políticas sejam capazes de assegurar que esses jovens permaneçam mais tempo numa formação escolar e profissional de qualidade, visando prepará-los para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo.

Palavras-chave: Jovens; Nem-nem; Mercado de trabalho; Gênero.

ABSTRACT

The labor market has become increasingly competitive and makes it difficult for the most vulnerable segments to enter, as is the case with young people, due to the increase in the qualification requirements on the new entrants. The present research has as main objective to analyze the profile of the young people in the labor market in Brazil, with emphasis on those individuals who do not study and do not work, denominated as “NEET” generation. Studying this generation is even of the utmost importance, since the proportion that these youngsters have been gaining over the years is noticeable, requiring greater attention on the part of the public policies that work in the labor market and income, besides education and professional qualification. The research is classified as bibliographical, analytical and quantitative. Data collection was obtained from the IBGE, among youngsters aged 15 to 29 years, with emphasis on the variables: work, education and income. It was possible to understand that several factors can lead to the inactivity condition of these youngsters, and may be related to low schooling, family situation of low income and domicile, as well as cultural and historical aspects that marked social inequalities in the country. The analysis done by regions showed that the Northeast presented the highest results for the nem-nem generation. Regarding gender and age, it was observed that women presented higher data in relation to men, which is partly justified by remaining in the household chores and child care, although the -new males also recorded increasing indicators in the analyzed period. For those young people who are included in the labor force, the Southeast region presented the highest values and the North region the lowest values in this category. In relation to the youths who were out of the workforce, the major region was the North which presented the highest numbers for this modality, and the Southeast region, the smaller ones. For the segment that is outside the workforce, the highlight was the group of 18 to 24 years. The research also showed that individuals residing in rural areas tend to have the lowest levels of education, which interferes with the skilled insertion in the labor market. Based on the results obtained in this study, it was possible to show how the growth of the young people characterized in the “NEET” condition in Brazil is worrying, requiring an effective follow-up through public policies to improve the qualification conditions and insertion of this job. It is important for such policies to be able to ensure that these young people spend more time in quality vocational education and training in order to prepare them for an increasingly demanding and selective labor market.

Key words: Young; Job Market; Gender.

LISTA DE SIGLAS

CEAA - Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CNER - Campanha Nacional de Educação Rural

Cruzada ABC - Cruzada Ação Básica Cristã

EJA - Educação para Jovens e Adultos

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico

MEB - Movimento de Educação de Base

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MCP - Movimento de Cultura Popular

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

REP - Rede de Execução Profissional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estuda e não trabalha por regiões – (2012 e 2017).....	45
Tabela 2: Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos que não estuda e não trabalha por gênero e idade – (2012 e 2017).....	47
Tabela 3: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão trabalhando, por condição em relação à força de trabalho e por regiões – (2012 e 2017).....	49
Tabela 4: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão trabalhando, por condição em relação à força de trabalho por idade – (2012 e 2017).....	50
Tabela 5: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou parentes fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, por gênero – (2016 e 2017).....	51
Tabela 6: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, distribuídos por idade – (2016 e 2017).....	52
Tabela 7: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por realização de tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou parentes fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, por nível de instrução – (2016 e 2017).....	53
Tabela 8: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por sexo e cor ou raça, segundo o motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho – (2016 e 2017).....	54
Tabela 9: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo características selecionadas, por gênero – (2016 e 2017).....	56
Tabela 10: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo a localidade – (2016 e 2017).....	56
Tabela 11: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça – (2016 e 2017).....	58

Tabela 12: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por regiões – (2016 e 2017).....	59
Tabela 13: Brasil - Distribuição percentual da população de 18 a 29 anos que não frequenta escola ou alguma qualificação e não havia concluído o ensino médio, segundo o sexo – (2016 e 2017).....	60
Tabela 14: Brasil - Distribuição percentual da população, por classes de pessoas em ordem crescente de rendimento real efetivo domiciliar per capita e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – (2016 e 2017).....	61
Tabela 15: Brasil - Distribuição percentual dos rendimentos reais efetivos por classes de rendimento per capita, segundo as Grandes Regiões – (2016 e 2017).....	62
Tabela 16: Brasil - Rendimento real efetivo domiciliar per capita, por sexo, segundo o nível de instrução – (2016 e 2017) – Em R\$	63

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	12
1.1 - OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
2 - OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO E O SURGIMENTO DA GERAÇÃO NEM-NEM.....	15
2.1.1 Configurações do mercado de trabalho nos anos de 1990 e 2000	15
2.1.2 Fatores que podem influenciar o surgimento da geração nem-nem	18
2.1.3 As novas tecnologias e a influência sobre as oportunidades de trabalho para os jovens	22
3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	28
4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS	31
5 - O PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	45
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	64

1 - INTRODUÇÃO

No Brasil, o mercado de trabalho tem se mostrado bastante competitivo e apresentado importantes desafios para a inserção dos vários segmentos que compõem a força de trabalho, sendo necessário obter qualificação profissional específica por parte dos ingressantes que, por muitas vezes, não a possui e se submetem a condições indesejáveis de trabalho. A força de trabalho disponível no mercado de trabalho, em grande parte, é constituída de jovens que estão distribuídos da seguinte forma: aqueles indivíduos que estudam, os que apenas trabalham, os que trabalham e estudam e os indivíduos que nem trabalham e nem estudam. A presente pesquisa destaca como tema principal os jovens no mercado de trabalho, especificamente, aqueles jovens que nem trabalham e nem estudam, constituindo um importante contingente de pessoas que vem sendo denominado como “geração nem-nem” (CAMARANO e KANSO, 2012).

A geração nem-nem constitui parcela importante da força de trabalho disponível e vem sendo motivo de preocupação nos estudos científicos. Tal classificação decorre de diferentes motivos, entre os quais destacam-se problemas como o de não encontrarem espaço no mercado de trabalho por qualificação inadequada, não apresentarem interesse em buscar alguma ocupação, não se manterem como estudantes ou não procurarem voltar a estudar. O fato de milhares de jovens se encontrarem nessas circunstâncias pode gerar maior expectativa social para que se envolvam com atividades criminosas, drogas e em condições precárias de saúde, instrução e cidadania, além de contribuírem para alargar o número de desempregados (MONTEIRO, 2013).

As características mais comuns que estão fortemente relacionadas com os jovens nem-nem referem-se a aspectos relacionados à baixa escolaridade, famílias que possuem baixa renda e questões de moradia. Vale salientar que as mulheres representam maior destaque nesta categoria. O conjunto desses fatores pode dificultar ainda mais a passagem desses jovens para uma vida adulta de modo a contemplar qualificação adequada e adaptada às transformações exigidas pelo mercado de trabalho (MONTEIRO, 2013).

Outro aspecto em destaque é a questão da produtividade do trabalho. Por produtividade se entende tudo aquilo que foi produzido através do fator trabalho em conjunto com os demais fatores produtivos. Logo, os investimentos realizados em formação básica e profissional para os jovens são de extrema importância para a produtividade no futuro de um país. No caso daqueles jovens classificados na geração nem-nem, a expectativa é que gerem uma baixa produtividade para o país, tendo em vista suas dificuldades de inserção no mercado

de trabalho. A baixa escolaridade é um fator preponderante para a inserção dos jovens, pois muitos abandonam os estudos para buscarem ocupações no mercado de trabalho, com baixo nível de exigência profissional e rendimento, assumindo também um caráter temporário e instável. Em tal situação esses indivíduos podem não ser capazes de conseguir um vínculo empregatício com melhores condições de trabalho e renda, em razão de não apresentarem os requisitos necessários em um ambiente competitivo para a obtenção de alguma vaga. Por outro lado, há jovens que, ao abandonarem a escola, se submetem à condição de inatividade, ou seja, nem trabalhando e nem estudando (MONTEIRO, 2013).

Uma característica marcante da geração nem-nem é a origem familiar de baixa renda, o que influencia na reprodução de uma geração de jovens com baixo nível de instrução, considerando as dificuldades de acesso e permanência na escola por mais anos de estudo. Por outro lado, a geração nem-nem também se encontra em famílias que possuem condições melhores de instrução e renda, pois as escolhas destes jovens estão relacionadas a aspectos como: motivação, expectativas quanto ao futuro e o efeito das mudanças tecnológicas. Este último elemento pode promover inserções sociais e profissionais mais rápidas e flexíveis, causando a instabilidade desses jovens no mercado de trabalho (TILLMANM e COMIN, 2016).

Outro ponto a se destacar é a situação domiciliar dos jovens. No caso das famílias que estão no meio rural, em geral apresentam renda familiar bastante baixa em relação à zona urbana, com menores oportunidades de geração de emprego e renda. Estas condições, em conjunto com o baixo nível de escolaridade dos pais no setor rural, terminam por influenciar negativamente os filhos, gerando a busca precoce dos jovens por oportunidades de trabalho (MONTEIRO, 2013).

A geração nem-nem está fortemente composta por mulheres. Entre os fatores explicativos é possível considerar o conservadorismo cultural e machista da sociedade que tende a atribuir às mulheres a maior responsabilidade pelos afazeres domésticos, além da maternidade e dos casamentos precoces que retardam a entrada do trabalho feminino no mercado, aspectos que também contribuem para a desigualdade de gênero no trabalho (TILLMANM e COMIN, 2016).

Várias são as questões relacionadas aos jovens no mercado de trabalho, sendo perceptível a dimensão que vem ganhando no decorrer dos anos, o que torna necessária uma atenção maior para essa geração no tocante às políticas públicas de educação, trabalho e renda. É importante criar estímulos que assegurem a esses jovens manterem-se na escola e conseguirem adequar-se às exigências que são impostas pelo mercado de trabalho, já que no

futuro esses indivíduos enfrentarão um mercado bastante competitivo.

Diante dessa problemática, a pesquisa tem como interesse principal investigar as razões que levam os indivíduos a não trabalhar e nem estudar, analisando o grau de escolaridade, ocupações, níveis de renda e domicílio, por idade e gênero.

A contribuição dessa pesquisa é mostrar que, nos dias atuais, essa geração nem-nem vem se ampliando de modo preocupante, especialmente, em razão de fatores conjunturais da economia brasileira. Assim, torna-se importante o estudo mais detalhado do perfil desses indivíduos, tendo em vista que constituirão a geração futura da força de trabalho que terá a responsabilidade de contribuir com a criação de riqueza no país, influenciando não somente na economia, mas na organização política da sociedade.

Além desta introdução, no capítulo 2, busca-se apresentar e discutir os principais fatores explicativos para o surgimento da geração nem-nem. O capítulo 3 localiza os procedimentos metodológicos do trabalho. No capítulo 4, destaca-se o contexto das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho e para a qualificação profissional dos jovens. A caracterização dos jovens nem-nem no Brasil foi realizada no capítulo 5, a partir dos indicadores da força de trabalho. E, por fim, apresenta-se as considerações finais.

1.1 - OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o perfil dos jovens no mercado de trabalho e os fatores que levam esses indivíduos a não trabalhar e nem estudar, a partir dos anos 2000.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os jovens no mercado de trabalho quanto ao nível de escolaridade, idade, sexo e ocupações;
- Investigar os fatores sociais que podem justificar a ampliação da geração nem-nem;
- Destacar as principais ações de políticas públicas para os jovens no Brasil.

2 - OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO E O SURGIMENTO DA GERAÇÃO NEM-NEM

2.1.1 Configurações do mercado de trabalho nos anos de 1990 e 2000

O mercado de trabalho nos anos de 1990 foi marcado por mudanças socioeconômicas que proporcionaram consequências importantes para o Brasil, destacando-se os efeitos para aqueles que mantinham a sobrevivência através do trabalho. Seguindo as instruções do consenso de Washington¹, foram adotadas medidas políticas e econômicas restritivas com o intuito de promover a estabilização da economia brasileira, sendo observados impactos significativos no mercado de trabalho nessa década, com ênfase no alto nível do desemprego, flexibilização do trabalho e aumento da informalidade. O resultado desse fenômeno provocou fortes mudanças para os trabalhadores, em especial, para os jovens, ocasionando acirrada disputa por ocupações no mercado de trabalho entre os indivíduos adultos e os mais novos.

Para Martins (2001) era fundamental observar como o mercado de trabalho nos anos 1990 se comportava. Em sua publicação, ressaltava a seguinte concepção para os jovens que conseguiam algum vínculo empregatício em empregos extremamente rotativos e temporários:

O jovem, uma vez alcançado o posto de trabalho, o via como permanente e nele buscava realizar-se e melhorar sua posição, a conjuntura atual é de insegurança e de grande mobilidade ocupacional. Diante da quase inexistência de trabalho em tempo integral, os jovens tendem a inserir-se no mercado com contratos de trabalho atípicos ou mais flexíveis, em tempo parcial, por tempo determinado, temporários e como subcontratação (MARTINS, 2001, p. 5).

Os jovens, nesta época, se depararam com um mercado de trabalho bastante competitivo, com exigências seletivas para a ocupação dos postos de trabalho, originando uma força de trabalho carregada de fragilidades, em especial, com evidentes desigualdades entre homens e mulheres. O nível de escolaridade era o grande fator preponderante para a entrada desses jovens no mercado de trabalho. Os que não apresentavam as exigências impostas pelo mercado não poderiam encontrar o primeiro trabalho de forma simples. Em contrapartida, jovens que apresentavam nível de formação adequado, teriam maior capacidade

¹ O Consenso de Washington tinha como objetivo introduzir a conduta neoliberal com intenção de promover a estabilização da economia nos países subdesenvolvidos, especialmente os países da América Latina. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a aplicação dessa política orientada trouxe impactos negativos para o mercado de trabalho, gerando altos índices de desemprego na economia brasileira. Ver em: BRESSER-PEREIRA, 1991.

de encontrar postos de trabalhos organizados e bem instruídos, pois estariam menos vulneráveis aos riscos evidentes naquela época.

Após uma década de baixo crescimento da economia brasileira, destacando-se as taxas altas de desemprego diante das mudanças no mercado de trabalho, na passagem para os anos 2000, a economia brasileira se reorienta para a relativa retomada do crescimento. As causas para a recuperação do crescimento foram determinadas, entre outros fatores, pela expansão da economia mundial, implicando diretamente no crescimento da exportação de produtos brasileiros, com estímulos positivos nas atividades do agronegócio, além da redução das taxas de juros e expansão do crédito, ou seja, caracterizando um ambiente econômico favorável (BORGES, 2008, p. 160).

Ainda de acordo com Borges (2010, p. 620), ressalta-se que as mudanças ocorridas na economia na década de 2000 não são resultantes dos acontecimentos passados, visto que são conformações econômicas e políticas totalmente diferentes, com políticas públicas distintas e com um mercado de trabalho totalmente modificado.

Na década de 2000, algumas modificações importantes transcorreram na economia brasileira. Com relevo, Borges (2010) destaca que elementos demográficos influenciaram diretamente na organização do mercado de trabalho no Brasil, com uma diminuição da parcela jovem e um aumento da parcela adulta. Outro fator que gerou impacto positivo no mercado de trabalho foi a elevação do nível de instrução dos indivíduos que ofertam a sua mão de obra. De acordo com Borges (2010, p. 622), no período de sua análise que contempla os anos de 2002 a 2009, a autora evidencia que fatores como idade, nível de instrução e gênero, são elementos que determinam a entrada desses jovens no mercado de trabalho. Além disso, o mercado de trabalho urbano teve um desempenho acentuado em relação às observações feitas na década passada, pois o número de ocupados elevou-se em relação à população economicamente ativa. O crescimento foi de 2,6% e 2,4%, nessa ordem, entre os anos de 2002 e 2009. Com os efeitos provenientes dessa ocupação, sucedeu uma redução na taxa de desemprego de 10,65% para 9,3% nos mesmos anos analisados.

Outra análise feita neste período, refere-se à desigualdade de gênero entre homens e mulheres, evidenciando-se que as mulheres obtiveram um desempenho satisfatório no mercado de trabalho, crescendo sua participação, independentemente do nível de escolaridade. Contudo, mesmo diante desse crescimento, as mulheres ainda apresentam grande dificuldade para encontrar algum posto no mercado de trabalho. Em contrapartida, cada vez mais as mulheres conseguem se destacar no mercado de trabalho a partir de empregos formais remunerados.

O baixo nível de instrução é outro aspecto que dificulta a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Segundo Martins (2001), a partir da pesquisa realizada nas empresas de metalurgia na cidade de Osasco, com trabalhadores com idades de 18 a 25 anos, constatou-se que muitos jovens preferem aprimorar seus estudos e, por isso, passam mais tempo na escola, pois as empresas submetem o trabalhador a comprovar um nível mínimo de qualificação para obtenção de uma vaga. Por outro lado, há situações que fazem com que os jovens procurem um emprego para suprir algum desejo de consumo e para ajudar com a renda dentro de casa, buscando contribuir e aumentar a renda familiar. Nesses casos, o tempo de estudo dos jovens é menor, o que contribui para o baixo nível de qualificação profissional. Em geral, esses jovens são de famílias que possuem renda precária. De acordo com os resultados, a autora destacou que:

Quando indagados a respeito dos motivos que os levaram ao trabalho, 44,6% apontam a necessidade de ajudar no sustento da família, contribuindo para aumentar a renda familiar. Como se trata de resposta com múltipla escolha, temos ainda que 21,8% alegaram procurar o trabalho por vontade própria e 25,7% queriam também ter o seu próprio dinheiro, para comprar objetos de consumo que seus pais não podiam fornecer. De qualquer modo, esses jovens, provenientes de famílias com baixa renda, parecem ter muita clareza das limitações decorrentes de uma vida cujo ritmo é determinado pelo tempo do trabalho, que sempre vem primeiro, colocando tudo o mais em plano secundário (MARTINS, 2001, p. 6).

A qualificação profissional é de extrema importância para conseguir algum posto de trabalho, mas muitos jovens ainda encontram dificuldades para encontrar trabalho de acordo com as qualificações exigidas. Desse modo, há uma pressão sobre esses indivíduos para uma qualificação melhor. O gerente de uma empresa, por exemplo, ao buscar recrutar novos funcionários, tem como objetivo produzir mais e com mais qualidade, contratando indivíduos que possuem os requisitos necessários para o cargo. Portanto, a motivação para continuar os estudos pressupõe não só a vontade de ter um emprego melhor, mas conseguir mantê-lo devido às exigências impostas pelo mercado de trabalho (MARTINS, 2001).

É possível destacar, também, que as inovações tecnológicas trazem mais dificuldades de inserção para os trabalhadores do que benefícios, pois, segundo Martins (2001), o avanço tecnológico, muitas vezes ocasiona desemprego aos trabalhadores, seja por substituição direta dos trabalhadores pela máquina ou porque os trabalhadores não dispõem de técnicas adequadas para manipular os novos procedimentos e equipamentos no processo de trabalho.

Várias são as questões que caracteriza a dificuldade dessa população jovem no mercado de trabalho. Entre elas, as variáveis sexo, idade e nível de instrução são determinantes na posição que se encontram esses jovens, dado que, um posto de trabalho só

será ocupado na medida em que os indivíduos estejam antenados com as exigências definidas pelo o mercado que surgem em função das mudanças tecnológicas.

Diante da crise no mercado de trabalho no Brasil nos anos de 1990 e a retomada do crescimento da economia brasileira nos anos 2000, ainda é possível observar que os jovens e as mulheres apresentam extrema fragilidade, seja por questões de discriminação, mudanças culturais ou déficits de qualificação para os postos de trabalho. Mesmo nas fases de crescimento da economia brasileira, é possível observar que as mudanças afetam diretamente aqueles que estavam expostos aos riscos, especialmente, mulheres e jovens, não sendo possível que o mercado atenda as diversas necessidades de inclusão produtiva. Diante de tal problemática, surge um contingente de indivíduos jovens que não estão inseridos no mercado de trabalho e que não dispõem de nível de instrução adequado, sendo conhecidos como geração “nem-nem”. Estes jovens representam uma importante parcela da força de trabalho disponível, mas estão inativos por vários fatores, seja por questões estruturais que alteram as exigências do mercado de trabalho e exclui certos indivíduos incapacitados por falta de qualificação, por fatores culturais, ou mesmo por questões socioeconômicas favoráveis que mantêm uma parcela de jovens sustentada por seus provedores com renda domiciliar elevada, o que contribui para expandir a inatividade desses jovens por um longo tempo.

2.1.2 Fatores que podem influenciar o surgimento da geração nem-nem

A geração nem-nem é composta por jovens que não participam do mercado de trabalho e nem estudam, mas compõem uma parcela da força de trabalho disponível. Autores como Tillmann e Comin (2016), Cabanas et. al (2014) e Hoffmann (2010), abordam essa problemática de modo a delimitarem os aspectos que podem explicar o perfil desses indivíduos. Existem vários fatores que influenciam nessa posição social e que estão relacionados às dificuldades comuns ao mercado de trabalho na obtenção de algum posto de trabalho, mas também há diversas motivações de ordem social, econômica, cultural e política que influenciam as decisões desses jovens se manterem como estudantes ou de permanecerem na inatividade. O conjunto desses fatores que contribuem para expandir a geração nem-nem pode levar esses jovens a aumentarem os números de desempregados na economia brasileira e, inclusive, a se envolverem na prática de delitos. Questões como nível de instrução, renda familiar e domicílio são determinantes na definição da posição social desses jovens e os leva a caracterizar uma geração com impactos significativos no mercado de trabalho.

De acordo com o estudo de Cardoso (2013), a análise da geração nem-nem tem por base as idades entre 18 a 25 anos, nos anos de 2000 e 2010. Para o autor, essa geração está presente nas regiões que apresentam um índice muito baixo de renda, caracterizado como fenômeno que se encontra em famílias que estão totalmente vulneráveis, sendo um aspecto estrutural que gera uma desigualdade muito acentuada entre os indivíduos. Assim, os jovens que expressam tal fenômeno, levarão para a vida toda, o peso de ter abandonado a escola. O autor aponta que um sistema de cotas, por exemplo, facilitaria o enfrentamento da desigualdade existente entre os jovens, pois esse sistema melhoraria as condições de instrução dos jovens e a entrada nas universidades. Adverte, também, que as mulheres, mesmo sendo constituintes dessa geração, ainda apresentam possibilidades de escolhas para retornar ao mercado de trabalho. Tais razões seriam em decorrência de laços conjugais instáveis ou empregos por parte dos cônjuges que apresentam vulnerabilidade. Por outro lado, os benefícios sociais garantidores de renda, de acordo com o autor, levam esses jovens a permanecerem inativos, como é o caso do programa Bolsa Família, pensões ou aposentadorias.

No tocante às contribuições de Borges (2014), seu estudo tinha como objetivo analisar o mercado de trabalho para os jovens com idade entre 16 a 24 anos nas regiões metropolitanas do Brasil. Entre os anos de 2002 a 2012, a autora realizou uma análise sobre os jovens que estão em algum posto de trabalho, destacando também aqueles jovens que não participam do mercado de trabalho e nem estudam. Em decorrência dos dados que foram encontrados em sua pesquisa, nota-se que a parcela dos indivíduos nem-nem se manteve entre os índices de 10% e 11% para os anos de 2002 e 2012, respectivamente. A partir de uma análise nacional, destaca-se com maiores índices os estados de Salvador, Distrito Federal e Belo Horizonte. A autora enfatiza, ainda, que o aumento desses índices em determinados estados foi equilibrado por uma diminuição em outros, o que ocorreu nas regiões de Recife, São Paulo e Porto Alegre. A autora ressalta que a junção desses fatores são grandes desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas implementadas para a juventude. Em sua análise, destaca que:

O baixo nível da educação brasileira, a evasão escolar e a inserção precária no mercado de trabalho, o percentual elevado de jovens que não estudam e não trabalham impõe-se como um desafio para as políticas públicas focadas na juventude (BORGES, 2014, p. 5).

A autora adverte que a educação é um fator preponderante para aumentar a capacidade produtiva de um país, frisando que um investimento na área de educação aumentaria a capacidade produtiva e, assim, contribuiria para a elevação da produtividade no longo prazo o

que, conseqüentemente, sucederia em crescimento da economia.

Considerando a investigação de Cabanas et al. (2014), a partir da utilização de dados das PNADs, destaca-se a análise sobre os jovens com idades entre 15 a 24 anos, nos anos de 1992 a 2012. Os estudiosos identificaram que os indivíduos nem-nem são jovens que não procuram nenhuma ocupação e não voltam ao ambiente escolar. Os pesquisadores utilizaram um modelo econométrico para a pesquisa, denominado Logit Multinomial, tendo como variável dependente as escolhas que os jovens fazem. Em decorrência da análise, mostrou-se que a renda proveniente dos donos dos domicílios tem efeito direto nas condições desses jovens, visto que, muitos desses preferem apenas estudar quando o responsável da casa possui renda bastante elevada. Para a geração nem-nem, esse fator tem impactos negativos, pois os jovens preferem permanecer em uma vida de inatividade. Ainda ressaltam que as mulheres possuem maiores chances de ocuparem a posição nem-nem. A presença dos pais nos domicílios também influencia o comportamento desses jovens como motivadores para sua permanência nos estudos ou não, sendo um componente de explicação da geração nem-nem. Sendo assim, a estrutura familiar desempenha um papel fundamental para as novas gerações no mercado de trabalho.

Ademais, os autores mostraram que nos ambientes com renda familiar elevada, com a presença de jovens que terminaram o ensino médio, estes permanecem mais tempo inativos do que aqueles jovens que se encontram com renda familiar baixa. A justificativa, segundo os autores, é o apoio financeiro que esses jovens recebem como uma garantia de renda ofertada pelos pais.

De acordo com Borges (2008), a idade é uma característica que determina a inserção desses jovens no mercado de trabalho e funciona como um fator natural, conforme destaca:

Desemprego juvenil mais elevado, com taxas sempre muito superiores à dos adultos, e a maior presença de jovens entre os desempregados em termos relativos são fenômenos normais, pois a idade constitui-se num dos atributos relevantes na determinação das chances de inserção no mercado de trabalho. (BORGES, 2008, p. 157)

Ainda segundo Borges (2008), a idade é um aspecto que está relacionado com as formas de inserção no sistema capitalista, no qual os empregadores escolhem os indivíduos de acordo com a idade que eles possuem, apresentando uma forte ligação com as necessidades de aumentar a produtividade do trabalho para a reprodução desse sistema. Existe um desdobramento desses jovens no mercado de trabalho que irá se ajustar de acordo com as normas que são estabelecidas, direcionando as funções que homens e mulheres deverão

executar. Assim, a autora ressalta que as ocupações de trabalho serão preenchidas de acordo com a necessidade que o mercado de trabalho demanda.

Na pesquisa desenvolvida por Camarano e Kanso (2012), são utilizados dados dos Censos Demográficos nos anos de 2000 e 2010 e os dados da PNAD nos anos de 2001 e 2011. Para as estudosas, as saídas dos jovens do período regular do ensino formal deveriam se consagrar em inserção adequada no mercado de trabalho. Mas, segundo as autoras, esses jovens apresentam certas fragilidades, o que os condiciona a não estarem presentes nem na escola e nem do mercado de trabalho. Assim, afirmam que:

Dado que uma parcela importante dos jovens brasileiros não participa de nenhum desses dois espaços, pergunta-se se esses jovens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estudam por falta de renda e/ou de perspectivas futuras ou, ao contrário, estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho (CAMARANO e KANSO, 2012, p. 1).

De acordo com as autoras, o ambiente domiciliar onde se encontram os indivíduos jovens é de grande importância para o estudo, visto que, os motivos de saída dos jovens das casas de seus pais são fatores que também levam esses indivíduos a comporem a geração nem-nem. O fato de viverem com provedores garantidores de renda no ambiente doméstico, tornou esses jovens despreocupados para assumirem alguma obrigação. Nos anos 2000, segundo as pesquisadoras, esses jovens que residiam com os pais registravam presença de 71,8%, enquanto 11,9% viviam com avós ou sogros. Por outro lado, para as autoras, o estado conjugal das mulheres e a propensão a serem mães muito cedo são elementos que também contribuem para essas pessoas ocuparem a condição nem-nem. Assim, as autoras apontam que essas mulheres apresentam uma transição totalmente diferente dos homens, pois são as mulheres casadas, com pouco nível de instrução e com deveres do lar, as mais frequentes na geração nem-nem. Ainda de acordo com as autoras, o nível de escolaridade e a renda no ambiente familiar constituem fatores importantes que influenciam o comportamento dos filhos no mercado de trabalho. Na análise, observou-se que domicílios que apresentavam menos renda e menor escolaridade, possuíam mais jovens em condição vulnerável, enquanto em ambientes onde o chefe de família tinha escolaridade mais alta e maior renda, apresentavam mais jovens que trabalhavam e estudavam.

2.1.3 As novas tecnologias e a influência sobre as oportunidades de trabalho para os jovens

As novas tecnologias são de grande influência para que os jovens sejam capazes de adquirir algum posto de trabalho, repercutindo diretamente em suas decisões para a inserção no mercado de trabalho. Muitos desses jovens procuram uma ocupação de trabalho através do segmento da internet, buscando novas oportunidades em serviços na área da tecnologia da informação. Muitos estudos destacam que esses jovens, através da internet, se sentem em casa, são bastante rigorosos e ativos. Esses indivíduos são conhecidos como a geração Z e representam aqueles jovens nascidos a partir do ano de 1995, fortemente influenciados pelas mudanças geradas pela tecnologia na vida social e no trabalho.

De acordo com Gasparini e Pati (2015), destaca-se que o surgimento dessa geração foi proveniente de um termo chamado “zapear” que tem como significado uma mudança nos afazeres, de forma imediata e surpreendente. A geração Z está sujeita a obtenção de muitos conhecimentos, criando infinitas possibilidades de trabalho através da tecnologia. Esses jovens detêm características marcantes ao se comparar com as outras gerações, pois são mais confiantes e mais rigorosos quanto aos benefícios que a tecnologia pode oferecer. Diante disso, apresentam objetivos bem específicos e detalhados, o que influencia o comportamento no trabalho. Portanto, sabem o que buscam como também o que não buscam do ponto de vista da obtenção de resultados práticos. As autoras enfatizam que esses indivíduos apresentam propósitos estabelecidos, sendo assim, procuram alcançar oportunidades de trabalho que lhes ofereçam algum retorno no curto prazo. Para esses indivíduos, trabalhos que não levam ao topo de forma rápida são descartados. Consequentemente, procuram oportunidades de emprego ou ocupações que garantam crescimento mais rápido e que possuam consolidação imediata no mercado de trabalho, com serviços práticos e flexíveis. Quanto mais breve esses jovens da geração Z demonstrarem suas aptidões, suas qualidades, maior será as chances de inserção no mercado de trabalho.

As oportunidades de trabalho que estão ligadas ao ramo da internet podem ser um fator de atração para muitos jovens que não precisam, necessariamente, cursar ensino superior para alcançar resultados rápidos. Cursos técnicos ou mesmo os tutoriais disponibilizados na rede mundial pode criar um batalhão de especialistas em diversos assuntos sem complexidade de instrução. Muitos jovens são fascinados pelas áreas de desenvolvimento de software, pois apresentam bastante afinidade com a linguagem dinâmica da internet que permite amplificar o uso da tecnologia. Assim, destaca-se que o ramo da tecnologia da informação é bastante atrativo para esses indivíduos, dado que conseguem implementar seus projetos e desenvolvê-

los dentro dessa área por meio dos mais diversos aplicativos, permitindo-lhes alcançar uma carreira voltada ao empreendedorismo (GASPARINI e PATI, 2015).

Ocupações que não apresentam a necessidade de ensino superior, se tornam mais atrativas para esses jovens. Assiste-se a uma nova era na instrução e aquisição de diferentes habilidades para o trabalho, tendo os cursos profissionalizantes de curta duração os requisitos adequados para atender a satisfação imediata destes indivíduos. Por outro lado, observa-se também uma motivação da sociedade e do Estado para que os jovens ingressem em cursos técnicos profissionalizantes, objetivando a obtenção de um retorno mais rápido a partir das competências desenvolvidas. Uma das áreas mais procuradas pelos jovens é a computação gráfica, que permite a criação de conteúdo, animações, vídeos e aplicativos que geram diferentes possibilidades profissionais, podendo resultar em ocupações mais rápidas e de grande retorno para essa geração, embora com caráter flexível (GASPARINI e PATI, 2015).

No entanto, Paz (2018) destaca que nos tempos de hoje a internet não tem sido utilizada apenas na procura de algum vínculo empregatício e renda, mas também pode servir para dispersar a atenção e concentração dos jovens na trajetória de qualificação profissional. Com o passar dos anos é notório que a internet proporcionou a criação de novos empregos para muitos indivíduos e jovens, provenientes do avanço tecnológico que vem sofrendo alterações com o passar do tempo. Com as mudanças da tecnologia o mercado de trabalho acaba passando por modificações, sendo necessário que os profissionais se adaptem a essas mudanças, transformando também as exigências sobre os trabalhadores. Sendo assim, a autora destaca que profissões que estejam ligadas constantemente às mudanças tecnológicas exigem mais conhecimentos específicos por parte dos indivíduos, tornando necessário que estes estejam aprimorados com múltiplas habilidades para atender a estas mudanças que são implementadas pelo mundo digital. Com o surgimento de novas tecnologias, aparecem também novas profissões e o público alvo dessas modificações é, em grande maioria, formado por jovens, facilmente seduzidos pela linguagem moderna e ágil.

A autora reforça que não é só os jovens que são adeptos a essas mudanças, tendo em vista que muitas instituições de ensino estão em constante adaptação para o melhoramento desses profissionais no mercado de trabalho, fazendo com que esses estabelecimentos estejam incorporando em seus cursos disciplinas que envolvam essas mudanças na tecnologia, portanto, introduzindo profissionais mais atualizados no mercado de trabalho, visando tornar esses profissionais cada vez mais adaptados com as mudanças tecnológicas. Assim, Paz (2018) destaca que muitos profissionais pretendem sair do ensino superior preparados para as mudanças tecnológicas ou atualizados com esse novo mundo digital, o que é proveniente das

exigências que o mercado de trabalho impõe, em decorrência das novas tecnologias implementadas nas profissões que exigem uma especialização maior dos trabalhadores.

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que a internet exerce grande influência sobre os jovens, pois são capazes de criar produtos, ofertar o seu trabalho e, em muitos casos, sem a necessidade de algum agente intermediário, exercendo trabalhos em empresas ou até mesmo em domicílio (COSTA, 2011). Os jovens que utilizam a tecnologia como meio de trabalho representam um conjunto de indivíduos que se destacam com múltiplas motivações, mas apresentam um mesmo objetivo, encontrar formas de trabalho com mais facilidade, flexibilidade e que permitam inserção produtiva no mercado de trabalho. Estes jovens estão mais afeitos a ofertarem seu trabalho como empreendedores, com a criação de produtos que podem ter grande aceitação e popularidade, proporcionando ganhos evidentes. É possível analisar, a partir da percepção dos autores citados, que a internet proporcionou grandes ideias para esses jovens talentos que podem ser bastante aproveitadas ou até comercializadas através de ocupações neste ramo. Com os avanços tecnológicos e os sistemas de internet, os jovens são capazes de conseguir resultados satisfatórios e trilhar caminhos com benefícios positivos. Sendo assim, esses fatores apresentam impactos diretamente nas decisões dos jovens no mercado de trabalho, possibilitando um novo tipo de profissional qualificado para o mercado de trabalho moderno.

Considerando que o mundo da tecnologia da informação e comunicação pode ser um meio de inclusão para muitos jovens, sendo aprimorada com o surgimento de novas habilidades, muitos indivíduos dessa geração, provenientes de baixa renda, encontram-se excluídos por não possuem acesso a essas mudanças tecnológicas e ficam à mercê da vulnerabilidade do mercado de trabalho. Por outro lado, existem jovens mais adaptados com as novas tecnologias e se sentem atraídos por aplicativos ou cursos técnicos que geram uma renda mais rápida no curto prazo. Este também pode ser um aspecto que influencia no comportamento para que esses jovens abandonem o ambiente acadêmico mais cedo ou prefiram investir em cursos profissionalizantes e não superiores. Aqueles jovens que abandonam o ambiente escolar precocemente decidem por obter recursos ou algum tipo de renda de forma mais rápida e eficaz, e a tecnologia da informação possibilita tal feito a um grupo de jovens que tem acesso aos meios técnicos necessários, o que acaba seduzindo esses indivíduos para postos de trabalho não tradicionais. Exemplos que podem ser citados são os Youtubers, influenciadores digitais, Blogueiros e/ou Blogueiras.

Outro fator que pode ser apontado para evasão escolar desses jovens no mundo moderno é explicado por Rainho (2018), ao destacar que as escolas não estão conseguindo

conter esses jovens, não pelo quadro de vagas e sim pelo processo de aprendizado que é longo. Segundo o autor, para muitos jovens a escola não é um ambiente atrativo e ressalta que:

[...] a escola não está conseguindo atrair e reter os jovens, apesar da disponibilidade de vagas nos ensinos fundamental e médio na maior parte do país. O problema parece não ser a oferta de vagas e sim o maior tempo de estudo dentro da escola (RAINHO, 2018. p. 3).

Como destacado anteriormente, muitos dos jovens de baixa renda estão incluídos na categoria dos nem-nem, por sua vez vindos de ambientes com renda familiar baixa e retratando dificuldades para alcançar ou acompanhar essas novas mudanças que ocorrem no âmbito da tecnologia. Sendo assim, esse segmento de jovens, não possui os meios adequados para se adaptar às mudanças tecnológicas que o mercado de trabalho determina e, igualmente, apresentam um histórico de baixo nível de escolarização, possibilitando mais dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. As pesquisadoras Pereira e Silva (2009) destacam em seu estudo alguns dados sobre o acesso e uso das tecnologias no ambiente escolar e familiar. A pesquisa foi realizada no Agrupamento do Sol, em Portugal, onde a coleta de dados foi realizada com 128 alunos através de questionário, sendo distribuída da seguinte forma: 57% dos jovens eram do sexo feminino e 43% eram do sexo masculino, com idades entre 12 e 17 anos. Do mesmo modo, a coleta de dados foi aplicada aos pais dos alunos, mas como o retorno dos questionários foi menor, aplicou-se a 92 famílias, com idades de 30 e 50 anos.

Através da análise dos diferentes questionários, onde um deles foi distribuído para os jovens e outro para os pais dos alunos, as pesquisadoras concluíram que a maioria dos domicílios eram extremamente ricos de tecnologia, mas que também continham uma parcela de domicílios que eram tecnologicamente pobres, ou seja, sem acesso a algum tipo de tecnologia. Nos ambientes familiares com tecnologia mais ativa, os pais diziam que a tecnologia figurava papel importante dentro das suas residências, e os principais utilizadores dessas tecnologias eram os jovens. As autoras apontaram que 20% dessas famílias se configurava como tecnologicamente pobres, as quais não apresentavam aproximação com computadores, e sem acesso à internet ou algum tipo de tecnologia. Desse modo, esses jovens não apresentaram uma ligação com as inovações em função das famílias serem precárias ou possuírem renda mínima. As pesquisadoras destacaram que esses núcleos familiares não apresentavam renda suficiente para aquisição de um computador ou até mesmo de ter algum contato com a internet. A principal razão encontra-se no custo/preço de um computador ou até

mesmo na dificuldade em manter o custo da internet, despesas que não eram contemplados pelo orçamento familiar. Portanto, as pesquisadoras ressaltam o fato desses jovens não obterem acesso à internet, os sujeita a não ampliação dos seus conhecimentos, ao aprendizado deficitário tecnologicamente e até mesmo a não possuírem as mesmas competências e apresentarem desvantagens em relação àqueles jovens que estão em contato direto com as mudanças tecnológicas.

Em um estudo realizado no Brasil, Waiselfisz (2007) afirma que um dos campos que explica a diferença de acesso à internet é resultante de questões econômicas, sociais e culturais. A análise foi feita em todas as regiões do Brasil e estados, destacado como fator principal a renda *per capita* das famílias no âmbito econômico. Para a análise, selecionou-se um conjunto da população dividida em 10 grupos de igual tamanho de acordo com a renda familiar *per capita*. A partir dessa divisão, foi possível a criação de dois grupos: os 40% da população que apresentavam menor renda e os 10% de maior renda para estabelecer uma dimensão de usuários da internet. Quanto maior era esse índice, maiores seriam as desigualdades no acesso à internet atribuível ao fator renda, quanto menor fosse essa relação ou quanto mais se aproximasse de 1, menor o índice de incidência do fator renda nas condições de acesso à internet nos ambientes familiares. A partir da pesquisa foi possível observar que os grupos de famílias com os maiores índices de renda são aqueles mais propícios aos usos da internet. Por outro lado, famílias que possuem renda menor, apresentaram maiores dificuldade no acesso a esse mundo digital. A pesquisa ainda destacou que as regiões Norte e Nordeste, apresentaram as maiores desigualdades, se comparada com a média nacional, com destaque para Alagoas que se sobressaiu com o maior índice de desigualdade dentre os estados da região Nordeste, demonstrando que o grupo que apresenta renda *per capita* superior, acessou a internet mais vezes em relação ao grupo de pessoas com renda *per capita* inferior.

De acordo com Madeira (2006), as mudanças tecnológicas e de comunicação ocasionam transformações no mercado de trabalho e nos setores de atividade. Os avanços tecnológicos são modificados rapidamente e propagam uma mudança na qualificação dos trabalhadores. Dessa forma, a pesquisadora alega que é necessária uma qualificação de base deixando de lado uma qualificação específica, que em termos de mercado de trabalho iria ter uma duração muito curta. Sendo assim, a autora destaca que:

É, pois, necessário que a formação inicial de jovens assegure uma base cultural e técnico-científica alargada que possibilite a adaptabilidade e a mobilidade exigidas numa sociedade em constante mudança e que prepare não só para o exercício de uma atividade profissional, mas também para a inovação, a iniciativa e a autoaprendizagem permanente. (MADEIRA, 2006. p.3)

Castro e Abromovay (2002), por outro lado, mostram que a tecnologia é um dos fatores que dificultam a entrada dos jovens no mercado de trabalho, considerando que muitas empresas solicitam cursos de informática por parte dos empregados. Outros aspectos ainda podem ter relação direta para os obstáculos encontrados nas suas trajetórias no mundo do trabalho, como por exemplo, falta de experiência, falta de qualificação escolar para concorrer a alguma vaga no mercado de trabalho e até mesmo o preconceito racial.

Desta forma, a inserção no mercado de trabalho para esses jovens oriundos de famílias pobres ou de baixa renda que não possuem acesso às novas tecnologias será de extrema fragilidade, visto que o mercado de trabalho se encontra bastante rígido e competitivo. Exige-se progressivamente uma capacitação maior desses jovens, sabendo-se que as empresas contratam seus empregados pelos seus níveis de instrução, experiências e habilidades com as novas tecnologias. Se comparados com aqueles jovens que possuem contato direto com a tecnologia e estão sempre ligados com as mudanças no decorrer do tempo, os jovens de classe baixa apresentam dificuldades e encontrarão mais obstáculos para assumir algum posto de trabalho, o que pode lhes conduzir a trabalhos precários e informais ou até mesmo a vivenciar o mundo do desemprego. Em uma análise, é possível observar que um dos aspectos para essas desigualdades encontra-se na questão da baixa renda familiar nos lares, pois famílias com uma renda mais elevada são mais propensas a adquirir os meios de acesso à tecnologia e conseguem acompanhar as suas mudanças com o passar do tempo. Mas, o mesmo não acontece para famílias de baixa renda, dificultando ainda mais a entrada desses jovens no mercado de trabalho e assim resultando em uma força de trabalho inativa.

3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da metodologia significa a aplicação precisa, aprimorada e definida de toda ação desenvolvida e de tudo aquilo que foi utilizado no trabalho, como por exemplo: o tipo de pesquisa, os instrumentos empregados como questionários e entrevistas, o tempo que foi estabelecido e os dados que foram utilizados. De acordo com Praça (2015), a metodologia abrange dois tipos de métodos: os quantitativos e os qualitativos. Também é possível caracterizar um trabalho científico como pesquisa bibliográfica e documental. A utilização desses métodos tem como finalidade alcançar os objetivos que foram propostos pela pesquisa.

Considerando o trabalho realizado, este tem como interesse geral investigar as razões que explicam os jovens não trabalhar e não estudar, permanecendo inativos por um longo tempo no mercado de trabalho. A contribuição da pesquisa é evidenciar que nos dias atuais essa geração vem se expandindo, em decorrência de fatores sociais, políticos e outros próprios da conjuntura econômica brasileira.

A partir das considerações anteriores, o trabalho está caracterizado como pesquisa bibliográfica, baseada na utilização de fontes como artigos, livros, trabalhos de conclusão de cursos, entre outros, para fornecer mais conteúdo, caracterizar o tema e fundamentar teoricamente a pesquisa. Os principais conceitos a serem explorados nessa pesquisa são: juventude, trabalho, instrução, renda e família, com a finalidade de abordar as principais contribuições teóricas e caracterizar o objeto de estudo proposto.

Quanto à natureza da pesquisa, consistirá no tipo explicativa e analítica, dado que os materiais que adquiridos são importantes para analisar as motivações que causam o surgimento da geração nem-nem no cenário brasileiro. Uma pesquisa explicativa tem como objetivo analisar e interpretar os dados que foram coletados, identificando suas razões ou causas. Embora este método de pesquisa esteja exposto ao erro, como qualquer outro, é o que mais se aproxima da realidade do objeto proposto e pode servir como fundamento ao conhecimento científico.

Outro aspecto que caracteriza a pesquisa é o método quantitativo, que tem como objetivo apresentar informações e dados para o aprimoramento da pesquisa, permitindo utilizar essas informações de forma analítica, descritiva ou comparativa para caracterizar o objeto de estudo. De acordo com Fernandes e Gomes (2003), a pesquisa quantitativa depende da indução, que são generalizações possibilitadas pela coleta, exame e análise de casos

específicos, utilizando dados estatísticos, principalmente, as probabilidades para que se possa demonstrar significância.

O método quantitativo tem como finalidade mensurar os dados para responder as questões que são impostas pela pesquisa, através de dados estatísticos, capazes de analisar parte dos questionamentos propostos e outros que surgirem ao longo da realização do trabalho. A utilização desse método permite mostrar com mais clareza os dados que serão obtidos a partir de recursos que proporcionem o tratamento, a análise e a apresentação didática dos resultados em forma de tabelas e gráficos. Serão utilizados dados secundários coletados no Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE), e no Ministério do Trabalho. Essas fontes de dados foram escolhidas porque possuem credibilidade metodológica e informações com uma grande abrangência de modo a disponibilizar os dados necessários para a elaboração dessa pesquisa.

A escolha das categorias de análise para a pesquisa é de grande importância em razão do fenômeno que será estudado. Assim, como referência principal, destacou-se: renda, escolaridade e trabalho, pois essas possuem fortes influências nas decisões dos jovens nem-nem em permanecerem inativos. Vale considerar também o gênero como questão de grande importância para esse estudo, pois, as mulheres possuem os maiores índices na geração nem-nem, o que caracteriza uma desigualdade de gênero entre homens e mulheres na população jovem. Assim, os indicadores estatísticos selecionados para a construção da pesquisa são: nível de instrução, força de trabalho, grupos de idade, rendimentos, domicílio e sexo.

Em vista disso, os dados estatísticos que serão construídos a partir do IBGE e Ministério do Trabalho serão utilizados para análise da geração nem-nem no Brasil. Espera-se que os procedimentos que foram escolhidos para a elaboração da pesquisa sejam capazes de atingir os objetivos que foram traçados, visando exibir de forma clara as metas alcançadas.

Como recorte temporal, a fase selecionada para a realização da pesquisa compreende o período a partir dos anos 2000 em diante, devido os dados estarem disponibilizados em anos diferentes de acordo com as mudanças de metodologia das PNADs. Este período foi estabelecido em consideração às importantes transformações no mercado de trabalho que alteram as motivações para a entrada dos jovens nas ocupações produtivas. É importante estabelecer uma linha temporal, visto que no decorrer dos anos os jovens expressam comportamentos diferentes de acordo com as mudanças conjunturais, culturais e tecnológicas que afetam o mercado de trabalho e podem alterar de forma significativa a força de trabalho disponível. Por isso, esse público constitui uma preocupação nos estudos científicos em função do aumento significativo dos jovens na condição de inativos, principalmente, no caso

das mulheres. A idade de referência dos jovens estudados contempla as pessoas de 15 a 29 anos, conforme a classificação do IBGE, visto que, nessa idade, os jovens ainda estão estudando e ao mesmo tempo se preparando para o mercado de trabalho.

Outros conceitos necessários para caracterizar a força de trabalho serão utilizados com referência nas definições e pesquisas do IBGE:

- Pessoas na força de trabalho: as pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.
- Pessoas fora da força de trabalho: São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.
- Jovens nem-nem: parcela da população de 15 a 29 anos que não estuda e não trabalha.

Estudar a geração nem-nem é de grande relevância, dado que a condição de inatividade desses indivíduos pode significar a baixa competitividade da força de trabalho no Brasil, contribuindo negativamente para o crescimento do país. Perante todos esses fatores, levanta-se a seguinte questão: quais os principais fatores que levam os jovens a não trabalhar e nem estudar e como este fenômeno pode influenciar na oferta de força de trabalho no futuro?

A importância dessa pesquisa encontra-se em poder apresentar as causas e as principais consequências que justificam esses jovens permanecerem na inatividade, ou seja, nem trabalhando e nem estudando. Questões como renda, escolaridade e localidade, são fatores que possuem impactos diretos na vida desses jovens. É necessário o estudo detalhado desse segmento no mercado de trabalho, pois são eles que contribuirão com a riqueza do país no futuro.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS

Analisar o contexto da criação das políticas públicas é muito importante para compreender quais são os seus segmentos, suas ações e suas apreensões sobre os diferentes públicos envolvidos. De acordo com Souza (2006), as políticas públicas como áreas de conhecimento acadêmico, foram originadas nos Estados Unidos, que tinham como finalidade estudar quais eram as ações do governo, enquanto na Europa os estudos sobre políticas públicas visavam trabalhos mais explicativos para esclarecer o papel do Estado e do governo, sendo este a principal entidade responsável pela elaboração de políticas públicas. Em termos conceituais, as políticas públicas podem designar várias concepções: “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006).

A autora destaca que conceitos gerais sobre políticas públicas resultam em sintetizar concepções feitas nas áreas de sociologia, da ciência política e da economia. Desta forma, as políticas públicas possuem uma interligação entre a economia e a sociedade, consistindo também, em uma explicação nas inter-relações entre, sociedade, economia, estado e política. A autora reforça a abordagem sobre o conceito de políticas públicas mostrando que é um campo de conhecimento que busca, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006).

Saravia e Ferrarezi (2006), destacam que o conceito de políticas públicas consiste em medidas públicas, com objetivo de conservar o equilíbrio social ou inserir desequilíbrios na intenção de alterar essa realidade. As decisões serão tomadas a partir das medidas que são observadas e das reações que provocam na sociedade, bem como princípios, convicções e do ponto de vista dos que adotam essas medidas. Além disso, apontam que tais decisões serão como estratégias para algum fim, levando em consideração o desejo da sociedade e os que participam do processo decisório.

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas constituem ações do poder público, regras e medidas que visam uma ligação entre a sociedade e o poder público. Sendo assim, são políticas formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que têm como objetivo orientar medidas que envolvam recursos públicos. Ainda segundo o autor, quando elaboradas e implementadas, as políticas necessitam de uma fiscalização em decorrência do poder político que se origina através dos seus resultados. Para Teixeira,

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A criação de políticas públicas tem como função designar quem decide o quê, quando, com que consequência e para quem são originadas, em decorrência do regime político que se encontra, considerando a composição da sociedade e de acordo com a política atual. Desta forma, o autor destaca que é necessária uma distinção de políticas públicas de políticas governamentais, tendo em vista que para ser uma medida pública é fundamental considerar a quem se destinam os rendimentos ou os ganhos e se sua construção é direcionada a uma discussão pública. Portanto, para o pesquisador, as políticas públicas pretendem corresponder às necessidades da sociedade, incluindo principalmente aqueles setores mais fragilizados ou vulneráveis. Assim, essas políticas objetivam expandir e atender todos os direitos da sociedade (TEIXEIRA, 2002).

Os pesquisadores Saravia e Ferrarezi (2006) certificam que as políticas públicas estejam estabelecidas por algumas etapas e processos diferentes. Como etapas que podem ser consideradas em termos de políticas públicas, classifica a formulação, a implementação e a avaliação. Para tanto, faz-se necessária uma distinção do que seja implementação de execução das decisões políticas. A implementação acontece com a preparação para executar planos, programas ou projetos, enquanto que a execução significa pôr em prática alguma decisão política. Os autores argumentam que essa diferenciação é importante, pois cada um desses estágios que foram mencionados exigem campos políticos e de poder diferentes para algum tipo de negociação.

As instituições também desempenham um papel importante nas questões que abordam as políticas públicas. Saravia e Ferrarezi (2006) ressaltam que as instituições tem um papel decisivo, pois os gestores lançam ou condicionam as principais decisões de investimentos e intervenções na sociedade a partir dos resultados das ações. Além disso, ainda abordam que “(...) sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional são elementos que configuram a política. As instituições impregnam as ações com seu estilo específico de atuação” (SARAVIA e FERRAREZI, 2006). Os estudiosos alertam que as pesquisas que abordam o tema de políticas públicas apresentam a relevância das instituições estatais tal como organizações, em que os indivíduos procuram finalidades que não são unicamente soluções

para necessidades sociais, assim como configurações e procedimentos que elaboram, modelam e manipulam os métodos econômicos, bem como as classes e os grupos de interesse.

Em relação às questões que envolvem os jovens, as políticas públicas são fundamentais para o progresso dessa categoria. Sposito e Carrano (2003) alegam que problemas reais identificados nas áreas de saúde, segurança pública, do trabalho e emprego dão suporte para a criação de políticas de incentivo voltadas para esses indivíduos para que, assim, se possa enfrentar os problemas sociais que surgem com a juventude.

A categoria dos jovens apresenta certa fragilidade com relação ao mercado de trabalho devido a diferentes fatores, entre eles educação e formação profissional precária, o que justifica a criação de políticas de incentivo para inserção social pelo trabalho, ações importantes para estes indivíduos (SOUTO e ALMEIDA, 2000).

Um dos principais programas criados pelo setor público no segmento da educação foi o EJA (Educação para Jovens e Adultos), estabelecido no Brasil a partir do ano de 1940 como instrumento de uma política educacional. Este programa é caracterizado como uma modalidade de ensino básico que corresponde ao atendimento do público jovem e adulto que não frequentou ou não terminou o ensino básico. A história do EJA no Brasil retrata ações e programas que foram destinados para o combate ao analfabetismo no Brasil. Por outro lado, destaca-se também que o intuito do programa é a profissionalização de jovens e adultos, mesmo que tenha ocorrido discretamente. O programa atua principalmente no incentivo ao desenvolvimento da aprendizagem da escrita e da leitura, para que os jovens e adultos exerçam seu direito de voto e inserção cidadã. Quanto ao mercado de trabalho, a elevação dos níveis de instrução expressa às exigências necessárias para o aumento da produtividade do trabalho em um mundo competitivo (ALMEIDA e CORSO, 2015).

A primeira iniciativa registrada no Brasil para Educação dos Jovens e Adultos (EJA) ocorreu no ano de 1947, com o lançamento da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A finalidade do programa era levar a educação aos jovens e adultos que moravam nas zonas rurais e impulsionar o desenvolvimento social e econômico, através da utilização de um método educativo que poderia melhorar a condição de vida da população. Nos anos de 1950, a população brasileira concentrava cerca de 55% de analfabetos com idade acima dos 18 anos. De acordo com as críticas de Almeida e Corso, a primeira campanha não surtiu o efeito esperado, necessitando da criação de novas ações, buscando atender aquelas áreas mais atrasadas do país. Em 1952 foi designada a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), voltada para a grande região Nordeste, com a seguinte temática: “ser brasileiro é ser alfabetizado”. O objetivo do programa era mostrar a relevância

da educação dos adultos, além de defender a necessidade da alfabetização pela cidadania (ALMEIDA e CORSO, 2015).

No ano de 1958, o Ministério da Educação convocou uma reunião em razão de resultados insatisfatórios da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em Belo Horizonte. Os avaliadores apontaram as principais falhas do programa, destacando-se: as condições precárias, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos e professores desqualificados e despreparados. Além disso, observou-se a má remuneração dos profissionais. Em 1963, o ministério da educação encerrou a campanha Nacional de Educação de Adultos e encarregou a Paulo Freire a responsabilidade de organizar uma nova campanha nacional para a alfabetização. Contudo, esse movimento e outros criados no início da década de 1960 foram interrompidos devido ao golpe militar de 1964 (ALMEIDA e CORSO, 2015).

Ainda de acordo com Almeida e Corso (2015), no período autoritário a criação de políticas públicas ficava restrita aos interesses dos governos militares. Assim, programas ou campanhas que não foram originadas na vigência dos governos militares, acabaram sendo extintos e colocados como ilícitos. Neste período, muitas campanhas foram criadas para os fins educativos, como reconhecidos no caso do Movimento de Cultura Popular (MCP), no Movimento de Educação de Base (MEB), na Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, dentre outras campanhas de educação popular. Contudo, no período da ditadura militar, apenas o MEB permaneceu, mas sob exigências impostas pelos militares que teriam quer ser atendidas. Para Haddad e Di Pierro (2000), o golpe militar trouxe importantes consequências sobre os programas de educação, conforme o destaque:

O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. A Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha “De Pé no Chão” foram interrompidos e suas principais lideranças foram presas (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 7).

Na vigência do regime militar, foram criadas três ações para o EJA. De acordo com Almeida e Corso (2015), a primeira ação voltada para a área educacional foi a Cruzada Ação Básica Cristã (Cruzada ABC). Sua utilidade ficou restrita apenas a entrega de alimentos, para manter a frequência escolar elevada. Em decorrência de fortes mobilizações sociais, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), apesar de permanecer ativo por 15 anos, o programa se resumia em um conceito de alfabetização para a prática de ler e escrever. No entanto, o programa não foi bem executado e houve várias críticas a esta ação. A terceira ação instaurada nessa fase foi a introdução do ensino supletivo,

mas tal iniciativa acabou ocasionando numa evasão escolar, pois o processo educativo ficava reduzido aos módulos de estudo e não a convivência educativa dentro dos ambientes escolares (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Almeida e Corso (2015), destacaram que nos anos de 1990 muitas perdas foram acumuladas devido ao rebaixamento da idade para a realização da prova do supletivo que estava estabelecido pela lei. Diante dessas mudanças, Rummert e Ventura (2007) expõem que, apesar da Constituição brasileira de 1988 garantir a educação para todos como direito, afirmando que o ensino fundamental seria de forma gratuita e obrigatória, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a reforma da Educação Profissional, mudaram os rumos das políticas educacionais, causando um regresso no ambiente educacional de jovens e adultos. De acordo com as autoras, o rebaixamento da idade acabou ocasionando uma desqualificação dessa categoria e do ambiente escolar, em razão da certificação com idade mínima.

Dentre outras ações na década de 1990, pode-se destacar também o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), criado em 1995 no período do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Este plano foi concebido com a finalidade de capacitar uma grande quantidade da força de trabalho disponível na população brasileira, cerca de 20% da População Economicamente Ativa. O PLANFOR estava integrado ao conjunto das políticas públicas referentes ao emprego, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com custeios que eram originados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O plano tinha como objetivo a capacitação profissional, buscando atingir uma grande parcela da força de trabalho disponível, tendo em vista a necessidade de expansão das capacidades e das qualificações dos indivíduos para o melhoramento da empregabilidade. O PLANFOR tinha a pretensão de estimular a qualificação profissional, tendo como foco principal o mercado. Assim, levando em consideração a relação que existe entre capital e trabalho, foi possível compreender que haveria uma presunção de que as condições e interesses das empresas retratavam as situações da população em questão (SANTOS, 2004). De acordo com este autor, o plano enfatizava os seguintes pontos:

[...] a necessidade de se oportunizar à massa de trabalhadores e condições para o aumento da empregabilidade, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, supostamente exigidas pelo determinismo tecnológico e pela competitividade típica do mercado; a elaboração, gestão e execução descentralizada da política pública de qualificação profissional, por meio da articulação, em espaços deliberativos tripartites, de diferentes sujeitos políticos coletivos (governo, empresários e trabalhadores) (SANTOS, 2004, p. 3).

Ainda de acordo com o PLANFOR, Carvalho (2011) destaca que a realização do plano deveria acontecer pela Rede de Execução Profissional (REP) presente no Brasil. Portanto, seria composto por instituições, escolas técnicas de nível médio, Sistema S, fundações, associações, sindicatos e centrais sindicais de trabalhadores, assim como as fundações, associações, confederações e federações de empresários e outras organizações de educação profissional. Segundo Santos (2004), a existência do plano foi satisfatória para aquela conjuntura, pois foi capaz de trazer pontos positivos no seu tempo de vigência, tendo conseguido um saldo de R\$ 2,7 bilhões oriundos do FAT, destinados a ampliar o desenvolvimento da qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros. Essa ação de qualificação profissional conseguiu alcançar em torno dos 20,7 milhões de trabalhadores, uma iniciativa que acabou envolvendo mais de duas mil entidades, em grande maioria dos setores privados, compreendendo as áreas empresarial, sindical e comunitária.

Apesar dessa contingência de benefícios, posteriormente o plano recebeu várias críticas sobre sua forma de atuação. De acordo com carvalho (2011), muitas denúncias foram relatadas pela população brasileira e por entidades, que tinham como finalidade verificar a execução do plano, destacando que os cursos oferecidos aos indivíduos eram de baixa qualidade e apontando a baixa eficiência que o plano oferecia. Consequentemente, estas questões proporcionaram uma revisão do plano e permitiram avaliar se vinha sendo capaz de melhorar a qualificação da população. O PLANFOR terminou sendo desativado com o fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Pode-se apresentar, também, o programa Escola Jovem que tinha como finalidade a introdução de uma reforma e ampliação do quadro de vagas para o ensino médio. O projeto foi criado em 2001, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como um de seus desafios à construção de uma escola para jovens e jovens adultos, no intuito de preservar a identidade jovem e diminuir o baixo rendimento escolar. Para que o programa fosse instalado nos estados, era necessário seguir um critério, a saber: “ser uma escola para jovens e jovens adultos, apresentar práticas de correção de fluxo e demonstrar sustentabilidade para custos adicionais além daqueles financiados pelo programa” (SPOSITO e CARRANO, 2003). O programa ainda foi subdividido em dois subprogramas. O primeiro consistia em projetos de investimentos nas unidades da federação que disponibilizava recursos financeiros aos estados para execução da reforma, a melhoria da qualidade e a ampliação da oferta do ensino médio e a efetivação de projetos juvenis. O segundo subprograma incidia em políticas e programas

nacionais com o objetivo de estimular e aprovar a efetivação da reforma do ensino médio nos estados e no Distrito Federal (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Para contemplar outra dimensão de trabalho e renda, foi criado o Programa Jovem Empreendedor. Esta foi uma iniciativa originada ainda no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo a capacitação profissional dos jovens e posteriormente o financiamento de jovens de nível técnico, contemplando aqueles que estavam terminando o ensino médio e/ou recém-formados, com idade entre 18 a 29 anos, e que estivessem interessados em seguir uma carreira autônoma. O foco desse programa foi regional, instalando-se no Nordeste e no norte de Minas Gerais e Espírito Santo, em parceria com o Banco do Nordeste que atuava nessas áreas. Em contrapartida, o programa não foi bem executado, devido a problemas na sua execução financeira, tendo como consequência a transferência dos jovens inscritos para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), apesar dessa ação não garantir um foco maior nesses jovens (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Em 2003, com a mudança de governo, um novo programa de qualificação profissional foi posto em prática no âmbito do MTE. Assim, surgiu o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado no período do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Bulhões (2004) destacou que o novo plano tinha como objetivo manter os aspectos que foram satisfatórios no PLANFOR. Portanto, o intuito era priorizar aqueles indivíduos que apresentavam as maiores precariedades no mundo do trabalho, sejam eles: indivíduos sem trabalho, trabalhadores que exerciam atividades rurais, trabalhadores em condição autônoma, trabalhadores em atividades voltadas para afazeres domésticos, entre outros. Pode-se destacar, também, que o plano abrangeu aquelas pessoas mais desprotegidas, tanto financeiramente, como em questões sociais, sendo pessoas que não possuíam renda suficiente e que não apresentavam um nível de instrução elevado.

O PNQ também sustentou o mesmo propósito que o plano anterior quanto a manter o apoio do governo, com a participação da sociedade civil, na criação de cursos, estabelecendo ligações com instituições para alcançar melhores resultados nas ações de qualificação profissional do PNQ, sendo assim, a pesquisadora destaca que:

Definição das ações de qualificação a serem desenvolvidas, ao apontar para uma demanda atual e futura de qualificação levantada pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Ele conservou, ainda, a proposta de participação desses atores na execução dos cursos, ao apontar para a oferta efetiva ou potencial de serviços de entidades públicas ou privadas que podem firmar convênios ou outros instrumentos legais para execução de programas e projetos no âmbito do PNQ. O PNQ manteve, por fim, a participação das comissões estaduais e municipais de emprego (BULHÕES, 2004, p.9).

Além disso, o PNQ enfrentou algumas dificuldades deixadas pelo PLANFOR. Buscava ajustar e transformar essas dificuldades em pontos a serem superados e ultrapassados. Bulhões (2004) destacou alguns deles:

[...] o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego, a inclusão social, a redução da pobreza, o combate à discriminação e a diminuição da vulnerabilidade das populações; o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade, ou o aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo; a crescente exigência, por parte das empresas, de uma mão-de-obra mais escolarizada e qualificada (BULHÕES, 2004, p.9).

Contudo, o PNQ também foi alvo de críticas. A proposta do programa em estimular a qualificação dos indivíduos e a construção de uma identidade cidadã, simultaneamente, acabou gerando limitações para a efetivação desse programa. Entre outros aspectos, se deu em decorrência de uma má gestão dos coordenadores em executar o programa e das dificuldades encontradas pelos coordenadores em estabelecer o sentido real de cidadania. Além do mais, os cursos oferecidos pelo o programa, não eram eficazes na construção da educação dos indivíduos para uma formação profissional e não eram suficientes para a construção de uma formação cidadã (CARVALHO, 2011).

No ano de 2005, o governo criou uma importante ação para a formação de jovens, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que tinha como finalidade atender os jovens e adultos por meio da qualificação profissional técnica no ensino médio, abrangendo o público que já tinha concluído os anos finais do ensino fundamental com idade igual ou superior a 18 anos completos (não havendo limite de idade). A modalidade dos cursos oferecidos pelo PROEJA se daria em decorrência da necessidade local e regional, para agregar valores para o desenvolvimento econômico e cultural. Outro aspecto que se pode destacar no plano foi a capacitação de professores no ano de 2006. Com isso, foi possível criar no Brasil cursos de capacitação para os professores da rede pública, com o intuito de que esses profissionais fossem capazes de melhorar as condições nesse ambiente educacional (MACHADO, 2006). A

pesquisadora ainda destaca a necessidade de desenvolver atividades que fossem capazes de manter o interesse dos alunos no ambiente escolar, criando práticas disciplinares e desenvolvendo atividades em grupo ou até em pares, além da melhoria na infraestrutura (criações de bibliotecas, laboratórios) adequada, bem como também, professores bem capacitados.

De acordo com os estudos de Rummert e Ventura (2007), neste período houve um aumento no número de certificação para os cursos médios e foi ampliada a capacitação de profissionais através de cursos técnicos. Logo, muitos programas foram criados através do governo federal para melhoramento das condições de inserção profissional de jovens e adultos. Mais de 18 programas criados nesta fase foram inteiramente destinados aos jovens, divididos por ministérios, sendo eles o Ministério da educação, Ministério do esporte e turismo, Ministério da justiça, Ministério da saúde, Ministério do trabalho e emprego, Ministério da Assistência e Previdência Social, Ministério da ciência e tecnologia e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Os jovens que participaram desses programas tinham idade de 15 a 19 anos, considerados adolescentes, e de 20 a 25 anos, considerados jovens. Em termos educacionais, os pesquisadores destacaram o programa de estudantes em convênio de graduação e o projeto escola jovem. O primeiro programa foi destinado aos jovens estrangeiros entre 18 a 25 anos, com ensino médio completo que estivessem preferencialmente inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico acordado pelo Brasil por via diplomática. Este programa tinha como objetivo o retorno do aluno ao seu país de origem, e assim, colaborar na área que se graduou. O programa foi criado em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (SPOSITO e CARRANO, 2003).

A despeito dos programas de educação e qualificação de jovens terem apresentado várias falhas, no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), registrou-se uma expansão da educação profissional no Brasil. Neste período, a alfabetização de jovens e adultos passou a ser de grande prioridade a partir da criação de vários programas em diferentes ministérios, especialmente, nas pastas de educação e trabalho nos anos de 2003 a 2006, focada aos jovens e adultos. Alguns desses programas podem ser mencionados no governo Lula, como por exemplo: Brasil Alfabetizado, o Projovem, Proeja, Agente Jovem, entre outros (ALMEIDA e CORSO, 2015).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), foi outra medida para os jovens e adultos. O principal objetivo dessa iniciativa era a conclusão e a certificação de jovens e adultos, com uma iniciação profissional para indivíduos com idade de 18 a 29 anos. O programa foi iniciado em 2005

com a finalidade de aumentar a escolaridade e ao mesmo tempo profissionalizar esses indivíduos. As ações de qualificação tinham sido programadas para uma duração total de 18 meses, mas inicialmente a duração foi de 12, com disponibilidade de material didático e uma colaboração financeira para os custos. De forma mais detalhada, o curso durava 360 dias, com 4 horas de atividade, durante toda a semana. Com a execução do programa, foram incorporados vários programas sociais para os jovens, passando a ser chamado de PROJOVEM integrado (ALMEIDA e CORSO, 2015).

O Projovem passou a ser subdividido em quatro segmentos: o Projovem Urbano, na supervisão do Ministério da Educação; o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, de acordo com a supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, compreendendo a reformulação do programa Agente Jovem; o Projovem Trabalhador sob a supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo de forma consolidada os programas Escolas de Fábrica, Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude; e, por fim, o Projovem Campo, em conformidade com a coordenação do Ministério da Educação, que tinha como objetivo a reestruturação do programa Saberes da Terra (ALMEIDA e CORSO, 2015).

Os programas integrados ao Projovem foram instaurados no ano de 2007, mas sua execução ocorreu apenas no ano posterior, ou seja, em 2008. De forma mais detalhada, o Projovem Urbano se concentrava em jovens com idade de 18 a 29 anos, que soubessem ler e escrever, mas que não tinham terminado o ensino fundamental. Outra questão para se encaixar nesse programa era a de que os jovens deveriam ser originados de famílias que possuíssem renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. O objetivo do programa era aumentar o nível de instrução dos jovens, até a oitava série do ensino fundamental. Os jovens que comparecessem a todas as aulas e entregassem as atividades, seriam contemplados com uma bolsa de R\$ 100 por mês, durante 20 meses. A modalidade do Projovem Trabalhador atendia jovens com idade de 18 a 29 anos, mas os inscritos nessa categoria teriam que ter concluído o ensino fundamental, estar em situação de desemprego e o ambiente familiar tinha que possuir renda de até um salário mínimo. O objetivo do programa era a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, incluindo-se em empregos que gerassem renda através da qualificação social e profissional. Esta modalidade também oferecia um auxílio de R\$ 100, caso o aluno mantivesse frequência no curso. Cada curso possuía uma duração de seis meses.

A categoria Projovem Adolescente era uma reformulação do agente jovem, que incorporava aqueles jovens de 15 a 17 anos. Alguns requisitos eram necessários para participação nesse programa como, por exemplo, as famílias deveriam ser extremamente

pobres e integrarem o Programa Bolsa Família, estarem vinculados a programas de combate à exploração e abuso sexual etc. Diferente dos outros programas, o beneficiário recebia R\$ 30, que seriam entregues aos pais, com um prazo de 24 meses. A família continuava a receber o benefício se o jovem estivesse em dia com a frequência escolar, não podendo ultrapassar dois benefícios por família. Por fim, a modalidade do Projovem do campo destinava-se àqueles jovens de zonas rurais, com idade de 18 a 29 anos, que soubessem ler e escrever, mas que não tinham concluído o ensino fundamental. O seu objetivo era ampliar a escolaridade desses indivíduos no âmbito da agricultura familiar, por meio da qualificação profissional e social. O curso possuía duração de 24 meses e os jovens recebiam um benefício de R\$ 100 em um período de 12 meses. A certificação só era feita para os jovens que alcançassem um processo de aprendizado satisfatório e cumprissem uma frequência equivalente a 75% da carga horária do curso (SILVA e ANDRADE, 2009).

Com o esvaziamento e extinção do PNQ, as ações mais específicas de qualificação profissional e a atenção aos jovens ficaram concentradas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado no ano de 2011, mas passou a ser executado em 2012, instaurado no período do governo da presidenta Dilma Rousseff para a inserção profissional dos jovens. De acordo com Castioni (2013), o objetivo do programa era aumentar a capacidade das vagas e continuar ampliando as instituições profissionais e tecnológicas no Brasil, aumentando, também, o quadro de vagas nas escolas estaduais de educação profissional para possibilitar um avanço no quadro de vagas no Sistema S² e desenvolver a modalidade do ensino à distância. Ainda de acordo com o autor, o PRONATEC, foi capaz de estabelecer várias ações, entre elas:

[...] mudou o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), permitindo que, além dos cursos de graduação, a educação profissional também fosse atendida; alterou o Programa Seguro-Desemprego, o qual passou a exigir frequência a um curso de qualificação para o recebimento do seguro; criou o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional e transferiu ao MEC a capacidade de habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de formação e qualificação profissional a serem realizadas com recursos federais e deu autonomia às entidades do Sistema S, às universidades e aos institutos federais para a criação de cursos (CASTIONI, 2013, p. 13).

² O Estado promoveu parcerias com o Sistema S para capacitação dos jovens e possibilitou que as indústrias que estavam integradas ao Sistema S, fossem capazes de planejar e executar projetos para melhorar a formação dos seus trabalhadores, especificamente, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Ver em: MACHADO e GARCIA, 2013.

Contudo, o PRONATEC foi alvo de algumas críticas. O programa criou cerca 2.521.418 vagas no ano de 2012, onde a distribuição ficou da seguinte forma: 1.732.439 foram destinadas aos cursos de formação inicial e 788.979 em cursos técnicos. Dessa forma, 68,71% das vagas eram destinadas para cursos que possuíam uma duração com tempo mais curto, enquanto que 31,29% foram destinados a cursos técnicos que aumentavam a escolaridade dos indivíduos. Portanto, nota-se que apesar do programa apresentar medidas para aumentar a escolaridade dos indivíduos, este elemento não era tido como o foco principal. Além disto, o PRONATEC ignorava a qualificação dos professores para exercer as atividades de ensino para esses indivíduos. Por outro lado, muitos educandos não eram capazes de atuar na área, pois não tinham a formação necessária para os cursos que eram oferecidos, como por exemplo, a necessidade de habilidades em informática para aqueles cursos que envolviam computadores, a necessidade na execução de cálculos, sendo assim, possibilitando que o programa sofresse várias críticas em sua vigência (FRANZOI et. Al. 2013).

De acordo com Souto e Almeida (2000), os jovens enxergam o trabalho como fonte de independência. Ponderando que uma parte desses jovens estão inseridos em ambientes familiares de baixa renda, a conquista da independência financeira por meio da inserção profissional seria um meio para suprir suas necessidades e superar vulnerabilidades sociais, proporcionar o custeio de suas atividades de lazer, aquisição de alguma vestimenta e, sobretudo, ajudar nas despesas familiares. Souto e Almeida (2000) ressaltam, ainda, que esses jovens de baixa renda necessitam do emprego para continuarem nos estudos e, desta forma, obter uma qualificação e conseguir alguma oportunidade no mercado de trabalho. Para aqueles jovens que conseguem terminar o segundo grau, a oportunidade de trabalho é uma fonte para obter alguma vaga nas universidades federais e assim poder arcar com os custos, diferentemente daqueles indivíduos de baixa renda e baixa instrução, onde sua situação é mais delicada. Alguns desses jovens com pouca condição financeira dependem do emprego para terminar o ensino básico, sendo esse o requisito mínimo para obtenção de alguma vaga em um posto de trabalho. É possível ainda destacar que procurar alguma oportunidade de emprego é uma tarefa difícil para esses jovens de baixa renda, pois se veem em um mercado de trabalho bastante competitivo e exigente por qualificação. Conseguir um emprego é difícil, não só pela oferta de vagas que é limitada, mas pelas exigências que o mercado de trabalho estabelece.

Em resposta a fragilidade que esses jovens se encontram, Souto e Almeida (2000) mostram a necessidade de políticas públicas de incentivo para esses indivíduos. Assim, evidenciam que é necessária a participação do governo, utilizando de seus recursos para

atração de empresas, como também, investimentos em educação, cultura e lazer, estimulando, ainda, a ampliação da capacidade de criação de novos postos de trabalho na economia.

Em relação à educação, destacam que estímulos na melhoria do ensino e na qualificação profissional desses jovens é medida indispensável, pois o currículo escolar pode se adequar às exigências que o mundo do trabalho determina. Como requisitos também importantes diante das exigências do mercado de trabalho, o domínio da computação e de uma língua estrangeira pode ser de extrema importância. Contudo, para aqueles jovens que não possuem condições materiais adequadas para realizarem cursos privados, cabe ao governo oferecê-los gratuitamente. A criação e manutenção de cursos profissionalizantes são destacados também pelos estudiosos como oportunidades necessárias para a formação dos jovens, cabendo aos órgãos públicos uma atuação mais efetiva de política de Estado para a permanência de ações dessa natureza. Logo, apontam que os jovens estão interessados em uma capacitação, mas também em uma vaga de trabalho. Sendo assim, corroboram que para esses jovens seria necessária uma estratégia que facilitasse a inserção no mundo de trabalho, sendo indispensável a definição de parcerias entre os órgãos públicos e as empresas ou instituições para a criação de estágios ou até mesmo a contratação dos jovens que já estão formados.

Tendo em vista os aspectos observados, muitos programas foram criados, mas não surtiram efeito esperado e continuado, o que se deve, entre outros aspectos, às más condições da administração, fiscalização e gerenciamento financeiro dos programas. Desta forma, a necessidade de uma fiscalização mais complexa nesses projetos se tornaria indispensável para sua eficiência. Por outro lado, é preciso levar em consideração as questões estruturais do mercado de trabalho, as mudanças tecnológicas e a conjuntura econômica que alteram as condições de inserção das pessoas na esfera produtiva e do trabalho. As propostas e objetivos trazidos por todos esses programas focalizam a necessidade de melhoramento das condições de inserção profissional desses jovens, sejam elas em educação, trabalho ou até mesmo em termos culturais e sociais, mas o foco maior seria nas áreas de educação e trabalho, considerando que a juventude constitui uma fase preparatória para vida adulta.

A necessidade de um olhar mais cuidadoso e responsável sobre os programas de inserção profissional para os jovens se faz necessária, visando à criação de medidas ou políticas em diversas áreas, de maneira que as ações se encaixem no cotidiano desses jovens. O papel do governo se torna indispensável, pois cabe a ele atender essa população mais jovem, criando mais programas e ações direcionadas a capacitar e gerar oportunidades para estes indivíduos, tendo em vista que os jovens são considerados a força de trabalho futura do

país, onde seu progresso contribuirá para o crescimento do país e para melhorar as condições de vida no ambiente familiar e até mesmo no combate à criminalidade.

Apesar de existirem vários planos e programas de inserção profissional para os jovens, muitos outros fatores acabam tornando mais dificultosa a escolha profissional desses indivíduos. A categoria nem-nem também reflete o fato de que, mesmo com a existência de políticas públicas que visam formar e incluir os jovens no ambiente do mercado de trabalho, outras questões de ordem social podem interferir na sua trajetória profissional, como nos casos comuns em que muitos jovens exercerem a função de arrimos de família, vivem em ambiente social degradado e sofrem desmotivação escolar, entre outros. Por outro lado, em realidades de renda mais elevada, fatores sociais e comportamentais podem elevar o número de jovens que não querem estudar e nem trabalhar, permanecendo em uma vida de inatividade, gerando impactos significativos para a economia brasileira.

Na sequência do estudo, será realizada uma análise dos indicadores de mercado de trabalho para os jovens, buscando construir um estudo para compreender melhor esta categoria que nem estuda e nem trabalha, ou seja, os jovens nem-nem.

5 - O PERFIL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A importância de analisar os indicadores sobre mercado de trabalho para jovens é compreender a categoria nem-nem e sua evidência no Brasil, como esses jovens estão distribuídos entre as regiões, por grupos de idade, pela distinção de gênero, os níveis educacionais e rendimento. A partir da investigação realizada nos capítulos anteriores, observa-se que apesar de várias ações, programas e planos para o melhoramento dos níveis educacionais desses jovens, a categoria nem-nem ainda representa uma preocupação para as futuras gerações no mercado de trabalho brasileiro, sendo necessário mostrar como esses jovens estão segmentados e inseridos no mercado de trabalho a partir da análise dos indicadores.

A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão trabalhando, por regiões, nos anos de 2012 e 2017, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Os jovens estão distribuídos em quatro categorias, que são: só estuda, estuda e está trabalhando, só está trabalhando e não estuda e não trabalha.

Tabela 1 - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estuda e não trabalha por regiões – (2012 e 2017)

Brasil e regiões	Só estuda		Estuda e está trabalhando		Só está trabalhando		Não estuda e não trabalha	
	2012	2017	2012	2017	2012	2017	2012	2017
Brasil	22,7	26,0	13,3	11,6	42,5	38,0	21,5	24,5
Norte	26,0	28,6	13,1	11,9	37,8	32,5	23,2	27,0
Nordeste	25,3	28,1	11,3	8,9	36,9	32,3	26,5	30,7
Sudeste	21,5	25,3	13,3	11,5	45,5	40,8	19,7	22,4
Sul	18,8	21,6	17,0	16,2	48,2	44,5	16,0	17,7
Centro - Oeste	22,3	25,7	14,9	14,2	42,9	39,4	18,9	20,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 e 2017. Elaboração própria, 2019.

De modo geral, registrou-se aumento dos jovens que “não estuda e não trabalha” e dos que “só estuda” em todas as regiões. Por outro lado, observou-se redução dos que “estuda e está trabalhando” e dos que “só está trabalhando”. A região Sul apresenta os maiores percentuais para jovens que “só está trabalhando”. Em 2012 o percentual apresentava 37,8%

de jovens nesta categoria. Já em 2017, houve diminuição, havendo uma variação de 5,3 ponto percentual (p.p.) neste segmento. Também ocorreu um aumento da população jovem que só estuda, apresentando uma variação de 2,6 p.p. nesta categoria.

Apontando para o caso da geração nem-nem, a região Norte sinaliza um aumento em seus valores, onde em 2012, o percentual dessa categoria era de 23,2%, enquanto no ano de 2017 o valor cresceu para 27%. Desta forma, a região Norte apresenta o segundo maior resultado de jovens nem-nem entre as regiões estudadas. Posteriormente, a região Nordeste apresenta os maiores resultados para a categoria que “só está trabalhando”, com uma variação de 4,6 p.p. nessa categoria para os dois anos analisados. Ainda de acordo com a região Nordeste, ocorreu uma diminuição na população jovem que estuda e está trabalhando, com uma variação de 2,4 p.p. Observa-se também que entre as regiões, o Nordeste apresentou os menores números da população jovem nessa categoria. Em compensação, houve aumento da população jovem que só estuda, com crescimento de 25,3% para 28,1%.

Destacando a população jovem que não estuda e não trabalha, a região Nordeste apresenta os maiores percentuais entre as cinco regiões estudadas, ocorrendo um aumento neste grupo no ano de 2017. Os números mostram que a população jovem que permanece inativa no ano de 2017 representa 30,7%, enquanto para o ano de 2012, esse número era de 26,5%, ocorrendo uma variação para mais de 4,2 p.p. neste segmento.

A região Sudeste apresenta os maiores valores absolutos na categoria que só está trabalhando, mas com uma variação para menos de 4,7 p.p.. O mesmo ocorre para os indivíduos que “estuda e trabalha”, com uma variação para menos de 1,8 p.p.. Na categoria dos que “só estuda”, houve aumento nos valores percentuais desses jovens, de 21,5% para 25,3%. No tocante aos nem-nem, essa região apresentou uma elevação nos índices, com valores de 19,7% para 22,4%, em 2012 e 2017, respectivamente.

Na região Sul e Centro-oeste, os valores se destacam na categoria “só está trabalhando”, onde houve uma variação para menos em ambas as regiões. No Sul, houve queda de 3,7 p.p. e no Centro-Oeste de 3,5 p.p. de 2012 para 2017. No segmento que “estuda e está trabalhando” para a população jovem, essas regiões também apresentaram uma diminuição em seu percentual, com uma variabilidade de 0,8 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente. Percebe-se também que os valores para as duas regiões na condição de que “só estuda” aumentou com significativas variações, o que se verificou nas demais regiões. Na condição de inatividade desses jovens ou nem-nem, nas duas regiões os dados mostram uma elevação para ambas, com 1,7 p. p. para o Sul e 1,9 p. p. para o Centro-Oeste. Em suma, pode-se observar que todas as regiões apresentaram uma diminuição nas mesmas categorias, que são: “só está

trabalhando” e “estuda e está trabalhando”. Nota-se, também, que houve uma elevação nas categorias: “só estuda” e “não estuda e não trabalha”. Em relação à categoria nem-nem, o Nordeste é a região que apresenta os maiores índices, seguido pelo Norte, Sudeste, Centro-Oeste e, por fim, Sul. Contudo, esta última apresenta os menores índices para os jovens nem-nem.

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos que não estuda e não trabalha por gênero e idade, nos anos de 2012 e 2017. Esta população está segmentada em: só estuda, estuda e trabalha, só trabalha, nem estuda e nem trabalha.

Tabela 2 - Distribuição percentual da população jovem de 15 a 29 anos que não estuda e não trabalha por gênero e idade – (2012 e 2017)

Categoria	Homens		Mulheres	
	2012	2017	2012	2017
15 - 17 anos				
Só estuda	63,2	73,9	71,3	78,5
Estuda e trabalha	21,0	13,5	13,1	8,4
Só trabalha	8,0	4,6	3,4	2,7
Nem estuda e nem trabalha	7,7	8,0	12,2	10,4
18 – 24 anos				
Só estuda	13,3	16,7	17,4	19,8
Estuda e trabalha	15,3	13,8	14,9	13,9
Só trabalha	54,1	46,1	34,6	29,7
Nem estuda e nem trabalha	17,4	23,3	33,1	36,5
25 – 29 anos				
Só estuda	2,1	3,4	4,5	5,3
Estuda e trabalha	8,5	8,2	8,1	9,2
Só trabalha	76,2	71,7	53,1	50,4
Nem estuda e nem trabalha	13,1	17,3	34,3	35,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 e 2017. Elaboração própria, 2019.

A partir dos dados disponíveis, é possível observar que a categoria “só estuda” decresceu na medida em que a idade dos jovens aumentou, o que pode ser decorrente da

maior necessidade de entrar no mercado de trabalho ou buscar alguma ocupação com renda para sobreviver. Nos grupos de idade de 18 a 24 anos e de 25 a 29, a categoria que “só trabalha” apresenta elevada participação, tanto para os homens como para as mulheres. Mas, os homens apresentam maiores índices com ocupações do que as mulheres, possivelmente em razão destas permanecerem desempenhando atividades domésticas com maior frequência ou demorar mais para entrar no mercado de trabalho. Na categoria dos jovens que não estudam e não participavam do mercado de trabalho, apresenta-se uma parcela relevante.

Foi crescente a participação dos jovens nem-nem para mulheres e homens entre 18 e 29 anos, embora as mulheres sempre apresentem percentuais superiores. No grupo com idade de 25 a 29 anos, os índices que mostram a condição de nem-nem, passou de 13,1% para 17,3% para os homens, entre 2012 e 2017. Em relação ao sexo feminino, as taxas de nem-nem são bastante elevadas neste grupo de idade, alcançando 35,1% em 2017. Portanto, o gênero feminino é o mais afetado, se comparado aos homens. Mas é possível notar que as mulheres jovens estão conquistando espaço no mercado de trabalho, apesar dos homens apresentarem os maiores índices no grupo de jovens com idades de 25 a 29 anos que apenas trabalham, verifica-se que os números na categoria feminina são maiores em relação ao grupo de idade com 18 a 24 anos. Este é um fenômeno importante, pois os jovens nesse grupo de idade estão entrando no mercado de trabalho ou já conquistaram alguma ocupação.

Na Tabela 3, a análise apresenta os jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham, por condição em relação à força de trabalho, distribuídas entre as regiões. As categorias em análise serão aqueles jovens que participam da força de trabalho e aqueles jovens que não participam da força de trabalho. Dentre as regiões observadas, a que mais se destaca com jovens na força de trabalho é a região Sudeste, onde os valores observados foram de 32,6% no ano de 2012 e no ano de 2017 de 50,7%, com variação positiva de 18,1 p. p. para os jovens que estavam presentes na força de trabalho. Além disso, as regiões Sul e Centro-Oeste, apresentaram índices significativos para os anos analisados. O Sul, no ano de 2012, apresentava um índice de 25,3%, e no ano de 2017 ocorreu uma elevação desse índice para 40,1%. Com a região Centro-Oeste, também ocorreu uma elevação positiva para os anos em questão, com aumento de 14 p. p.. A região Nordeste apresentou um crescimento modesto nesta categoria e sua variação entre os anos pesquisados sucedeu em 6,4 p. p.. A região Norte foi a que apresentou o pior desempenho nesta categoria. Enquanto todas as regiões apresentaram valores acima dos 30% em 2017, esta registrou um valor abaixo no período, com variação de 4,9 p. p. entre os dois anos.

Tabela 3: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão trabalhando, por condição em relação à força de trabalho e por regiões – (2012 e 2017)

	Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade (%)							
	Na força de trabalho				Fora da força de trabalho			
	Proporção		CV(%)		Proporção		CV(%)	
	2012	2017	2012	2017	2012	2017	2012	2017
Brasil	28,0	39,8	1,5	1,2	72,0	60,2	0,6	0,8
Norte	23,6	28,5	4,0	3,5	76,4	71,5	1,2	1,4
Nordeste	25,6	32,0	2,3	1,9	74,4	68,0	0,8	0,9
Sudeste	32,6	50,7	2,7	1,8	67,4	49,3	1,3	1,9
Sul	25,3	40,1	4,1	3,2	74,7	59,9	1,4	2,1
Centro - Oeste	25,7	39,7	4,4	3,6	74,3	60,3	1,5	2,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Para a categoria fora da força de trabalho, considerando as cinco regiões, o Sudeste se destacou, apresentando variação negativa. Essa região apresentava para o ano de 2012 um percentual de 67,4%. Para o ano de 2017, o valor sofreu uma queda significativa para 49,3%, com variação de 18,1 p. p., ou seja, uma retração dos jovens que não estavam na força de trabalho. Nesta categoria, novamente a região Norte se destaca com uma diminuição pouco expressiva. De acordo com a tabela, no ano de 2012, cerca de 76,4% da população jovem estava fora da força de trabalho na região Norte, com pouca variação para 2017 que registrou 71,5%. Nas demais regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, também se verificou redução dos jovens fora da força de trabalho, com variações de 6,4 p. p., 14,8 p. p. e 14 p. p., respectivamente, entre 2012 e 2017.

Para o período analisado, os dados apresentaram variações positivas e negativas para as categorias citadas em relação aos jovens que estão presentes na força de trabalho, sendo que todas as regiões apresentaram um aumento no ano de 2017, se comparado com o ano de 2012. Algumas regiões apresentaram índices melhores, mas, de forma geral, a população jovem que estava fora da força de trabalho, diminuiu em todas as grandes regiões.

A Tabela 4 apresenta as mesmas categorias anteriores de análise, com destaque para os grupos de idade segmentados dos jovens, que são aqueles indivíduos que estão entre 15 a 17 anos, 18 a 24 e 25 a 29 anos, que estão inseridos na força de trabalho e fora da força de trabalho, para os anos de 2012 e 2017.

Tabela 4: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão trabalhando, por condição em relação à força de trabalho por idade – (2012 – 2017)

Proporção de jovens de 15 a 29 anos de idade (%)						
15 a 17 anos						
	Total		Na força de trabalho		Fora da força de trabalho	
2012	2017	2012	2017	2012	2017	
9,9	9,2	18,9	20,0	81,1	80,0	
18 a 24 anos						
	Total		Na força de trabalho		Fora da força de trabalho	
2012	2017	2012	2017	2012	2017	
25,2	29,8	30,2	43,6	69,8	56,4	
25 a 29 anos						
	Total		Na força de trabalho		Fora da força de trabalho	
2012	2017	2012	2017	2012	2017	
23,9	26,4	27,1	37,8	72,9	62,2	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 e 2017. Elaboração própria, 2019

Diante dos dados apresentados, para os jovens que estão inseridos na força de trabalho, o grupo que mais se destaca são aqueles que possuem idade de 18 a 24 anos, com 43,6% em 2017, aumento de 13,4 p. p. em relação ao ano de 2012. Os jovens com idade de 25 a 29 anos, também apresentaram índices consideráveis, sendo 27,1% em 2012, com elevação de 10,7 p. p. em 2017. O grupo de idade que não apresenta índices elevados refere-se aos jovens com idade de 15 a 17 anos, o que se justifica porque parte dessa população jovem ainda está em tempo de formação escolar. No segmento fora da força de trabalho, todos os grupos de idade apresentaram redução nas suas taxas, e novamente a categoria de jovens de 18 a 24 anos, apresentou os maiores índices, com variação de 13,4 p. p. para baixo, o que pode significar que parte dessa população jovem pode ter encontrado algum emprego ou está inserido no mercado de trabalho. O mesmo pode acontecer para o segmento de jovens com idade de 25 a 29 anos, onde ocorreu uma diminuição dos valores em 10,7 p. p. no período. Para as pessoas com idade de 15 a 17 anos, o índices são maiores em relação aos outros segmentos, pois se considera que esses jovens ainda estão estudando.

A Tabela 5 apresenta os jovens que exercem atividades domésticas ou cuidados aos moradores no domicílio, segmentado por sexo. Na categoria “somente cuidado”, os homens são o de maior destaque em relação às mulheres, com 3,9% e 4,6%, respectivamente, para os anos de 2016 e 2017. No caso das mulheres, estas apresentaram índices de 1,6% e 1,7%, respectivamente, para os mesmos anos analisados. Nota-se que ocorreu um aumento em ambos os sexos, mas com maior evidência para a categoria dos homens. Este dado é curioso por se tratar exclusivamente da atividade do cuidado, tendo em vista que a maior

expressividade das mulheres vai ser destaque na realização de diferentes tarefas simultaneamente.

Tabela 5: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou parentes fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, por gênero – (2016 e 2017)

Jovens de 15 a 29 anos de idade e não estudam e não estão ocupados							
	Somente cuidado		Somente afazeres		Ambas as tarefas		
	2016	(%) 2017	2016	(%) 2017	2016	(%) 2017	
Homem	3,9	4,6	75,0	70,4	21,1	24,9	
Mulher	1,6	1,7	44,0	40,7	54,4	57,6	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

De acordo com a Tabela 5, a categoria somente afazeres, apresentou os maiores índices novamente para os homens. Apesar de haver uma diminuição nos anos analisados, os homens registraram os maiores valores se comparados com as mulheres. Para o ano de 2016, o valor era de 75% e para o ano de 2017, ficou em 70,4%. No caso das mulheres, a participação também diminuiu, apresentando 44% para o ano de 2016 e 40,7% para o ano de 2017. Em relação à categoria de “ambas as tarefas”, observou-se aumento para os dois sexos em questão, desta vez, com maior índice para as mulheres. Em 2017, os homens apresentaram participação de 24,9%, enquanto o gênero feminino ficou com os valores maiores em cerca de 57,6%. Assim, os valores aumentaram para duas das três categorias, enquanto em outra, os valores diminuíram.

Em seguida, a Tabela 6 apresenta as mesmas categorias trabalhadas anteriormente, porém distribuídas por idades. Na categoria somente cuidado, o grupo de maior destaque são os jovens com idade de 15 a 17 anos, onde no ano de 2016 a porcentagem era de 4,3% e no ano posterior, esse índice foi para 5,4%. Os jovens com idade de 18 a 24 anos, representaram uma elevação de 0,4 p. p. para os anos analisados. Na categoria de jovens com idade de 25 a 29 anos, ocorreu um aumento, porém de forma discreta, passando de 1,7% em 2016 para 1,8% em 2017. Na categoria de somente afazeres domésticos no domicílio, a participação diminuiu para todos os grupos de idade, com destaque para o segmento de jovens com 15 a 17 anos, que passou de 67,1% em 2016 para 59% em 2017. Os outros dois grupos também sofreram alterações, com diminuições mais modestas, respectivamente em 1,4 p. p. para o

grupo de jovens com idade de 18 a 24 anos e 4,7 p. p para os jovens com 25 a 29 anos, entre 2016 e 2017.

Tabela 6: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, distribuídos por idade – (2016 e 2017)

	Jovens de 15 a 29 anos de idade e não estudam e não estão trabalhando					
	Somente cuidado		Somente afazeres		Ambas as tarefas	
	(%)		(%)		(%)	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
15 a 17 anos	4,3	5,4	67,1	59,0	28,6	35,6
18 a 24 anos	2,4	2,8	57,1	55,7	40,6	41,5
25 a 29 anos	1,7	1,8	42,7	38,0	55,6	60,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Para a classe que se dedicava a ambas tarefas, ocorreu novamente um aumento para todos os grupos de jovens. Percebe-se que o grupo de jovens com 15 a 17 anos apresenta os menores índices, mas exibe a maior variação entre os valores dos três grupos, sendo ela em 7 p. p.. O grupo de jovens de 25 a 29 anos apresentou os maiores percentuais dessa categoria, com valores em torno de 55% a 60%. Desta forma, apresentam os maiores índices nessa categoria, seguido do grupo de indivíduos com idade de 18 a 24 anos, com valores em torno de 40%.

A Tabela 7 apresenta o nível de instrução dos jovens em relação a cuidado de indivíduos nos domicílios e em afazeres domésticos ou em ambas as tarefas. Nota-se que os valores aumentaram em duas das três variáveis. Jovens que possuem fundamental incompleto ou não apresentam algum grau de instrução, possuem os maiores índices em cuidar dos moradores do domicílio, mas o aumento do percentual ocorreu de forma discreta nos anos analisados.

Já os jovens que possuem ensino médio completo ou até mesmo nível mais elevado, apresentaram a maior variação entre as três categorias, sendo que a variação ocorreu em torno dos 0,7 p. p.. Quanto à categoria de jovens com ensino fundamental completo ou médio incompleto, foi registrada diminuição em suas participações em torno de 0,3 p. p..

Tabela 7: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por realização de tarefas de cuidados aos moradores do domicílio ou parentes fora do domicílio, e afazeres domésticos no domicílio, por nível de instrução – (2016 e 2017)

Jovens de 15 a 29 anos de idade e não estudam e não estão trabalhando							
	Somente cuidado		Somente afazeres		Ambas as tarefas		
	2016	(%) 2017	2016	(%) 2017	2016	(%) 2017	
Sem instrução ou fundamental incompleto	3,7	3,8	43,4	37,6	52,9	58,5	
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	2,8	2,5	43,9	37,2	53,3	60,3	
Ensino médio completo ou mais elevado	1,5	2,2	59,8	58,5	38,7	39,3	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Na categoria somente afazeres domésticos, os indivíduos de ensino médio completo ou mais elevado, apresentaram os maiores índices como também a menor variação. Verificou-se também que todas os grupos obtiveram uma diminuição nos dois anos analisados. Em “ambas as tarefas”, a participação para todas as escolaridades aumentou. As categorias sem instrução ou fundamental incompleto e ensino fundamental completo ou médio completo, apresentaram os maiores valores, onde suas variações foram em 5,6 p. p. e 7 p. p., respectivamente, entre 2016 e 2017. O grupo do ensino médio completo ou mais elevado mostrou taxas menores em relação aos outros dois.

A proposta da Tabela 8 é analisar a distribuição percentual dos jovens que não estudam e não estão trabalhando, segmentados por sexo e idade, considerando o fato de não terem buscado um emprego. Com destaque para o gênero, os índices aumentaram em alguns segmentos, como também diminuiu para outros. Na situação de “estar aguardando resposta para ocupação”, os homens e as mulheres tiveram uma diminuição nos dois anos analisados. Os homens apresentam os maiores valores nessa categoria se comparado às mulheres, o que ocorre também para os indivíduos de cor branca. Estes apresentaram as maiores participações comparados aos indivíduos pretos ou pardos. Vale salientar que os valores para o grupo cor ou raça também diminuiu. Em contrapartida, os dados para os que “não possuíam experiência

profissional ou alguma qualificação”, aumentaram. Observa-se que os homens e as mulheres não conseguiam emprego por não se adequarem ou não apresentarem o nível profissional necessário para conseguir algum emprego no mercado de trabalho. Para ambos os sexos, os valores foram de 5,9% a 7,4% para os homens e 3,5% a 4,0% para as mulheres, em 2016 e 2017, respectivamente. Os valores para a cor dos indivíduos também aumentaram nos anos analisados.

Tabela 8: Brasil - Distribuição percentual de jovens de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não trabalham, por sexo e cor ou raça, segundo o motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho – (2016 e 2017)

	Sexo				Cor ou raça			
	Homem		Mulher		Branco		Preto ou Pardo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	13,7	11,6	6,2	4,9	9,2	8,2	8,5	6,9
Não conseguia trabalho adequado	11,4	10,9	6,2	7,0	9,3	10,0	7,4	7,8
Sem experiência profis. ou qualificação	5,9	7,4	3,5	4,0	3,6	5,7	4,5	5,0
Considerado muito jovem ou muito idoso	2,5	2,7	1,8	1,5	3,1	2,3	1,7	1,8
Não havia trabalho na localidade	44,3	45,4	32,1	32,1	26,8	28,7	39,6	39,6
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos	1,4	1,2	34,6	35,4	22,8	24,3	24,0	23,1
Estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	7,9	6,7	5,2	5,1	10,0	8,3	4,6	4,8
Por problema de saúde ou gravidez	6,6	6,0	6,7	6,0	8,5	6,2	6,0	5,9
Outro motivo	6,3	8,1	3,7	3,9	6,7	6,2	3,8	5,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Por outro lado, a situação que apresenta os valores mais elevados é a que indica “não ter trabalho na localidade”. Para o sexo masculino, o indicador é maior que o feminino, pois enquanto os homens apresentam valores de 44,3% e 45,4% para os anos de 2016 e 2017,

respectivamente, as mulheres não apresentam mudanças relevantes para os dois anos, porém, com números ainda bastante significativos acima de 30%. Nota-se, também, que os valores para a cor branca aumentam e para a cor preta ou parda, permanece constante.

Em relação aos afazeres domésticos, as mulheres se apresentavam com os maiores resultados se comparado aos homens, com percentuais que chegaram a 35% no ano de 2017. Observa-se que os indivíduos com a cor branca possuíam os índices mais elevados, em relação àqueles jovens com pele parda ou preta. Vale ressaltar que as mulheres apresentaram os maiores valores nesta categoria, em relação às outras analisadas. A particularidade de ser muito jovem ou idoso apresentou o menor percentual em relação às demais variáveis, com maior destaque para os homens e jovens de cor branca, apesar deste segmento apresentar uma diminuição para os anos analisados.

Por apresentarem alguma doença ou no caso de gravidez, os valores não são tão diferentes para ambos os sexos, sendo um pouco mais acentuado para as mulheres em 2016, mas se aproximando dos homens em 2017. Verifica-se também que, em relação à cor, os jovens brancos e pretos ou pardos, obtiveram uma diminuição na sua participação para os dois anos, com um foco maior nos jovens com pele branca.

Na situação em que estava apenas “estudando”, os valores diminuíram para ambas as categorias nos dois anos, mas a maior frequência estava nos homens e nos jovens de cor branca. Quanto aos “outros motivos” que levaram a não conseguir emprego, os valores aumentaram para os homens e mulheres, com maior frequência nos homens, e diminuiu nos jovens de cor branca, mas ocorreu um aumento naqueles indivíduos de cor preta ou parda.

A Tabela 9 apresenta o nível educacional dos jovens com 25 anos ou mais de idade, de acordo com o gênero desses indivíduos. A análise indicou que os valores foram maiores para aqueles indivíduos que apresentam o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo. Em questão de gênero, registraram-se variações nas duas situações citadas.

Para o ensino fundamental incompleto, os homens apresentaram os maiores valores se comparado às mulheres, mantendo-se relativamente estável em torno de 35,5% no período. Já as mulheres apresentaram os menores valores se comparados aos homens, com cerca de 32%.

No tocante ao ensino médio completo, os valores aumentaram para os dois anos analisados, para homens e mulheres, mas o crescimento ocorreu com mais significância entre as mulheres, com uma elevação de 0,6 p. p., enquanto nos homens, a variação foi apenas de 0,3 p. p.. Verifica-se também que o número de pessoas com ensino superior é bastante significativo, se comparado com o ensino superior incompleto. Para os indivíduos que apresentavam esse nível de instrução, as mulheres se mostram com o maior destaque, com

valores de 16,9% em 2016 e 17,5% em 2017. Os homens também apresentaram elevação, porém de forma modesta, com valores de 13,5% para 2016 e 13,7% em 2017. Apesar do ensino superior incompleto ter aumentando nos anos citados para os dois sexos, são os de menor expressão nos dados analisados. Pode-se destacar também que o nível “sem instrução” diminuiu, para os homens e para as mulheres. O sexo masculino apresentou 7,8% para 2016 e 7,2% para o ano de 2017, enquanto o feminino foi 7,7% para as que não tinham instrução no ano de 2016, sendo que em 2017 obteve queda, chegando a 7,1%, uma menor frequência para as mulheres.

Tabela 9: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo características selecionadas, por gênero – (2016 e 2017)

	Sem instrução		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Homem	7,8	7,2	35,5	35,4	9,4	8,8	4,1	4,8	26,1	26,4	3,5	3,7	13,5	13,7
Mulher	7,7	7,1	32,8	32,3	8,9	8,3	3,8	4,1	26,5	27,1	3,4	3,6	16,9	17,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Com relação à localidade, a Tabela 10 apresenta o nível de instrução dos indivíduos de 25 anos ou mais de idade que moram no meio urbano e rural. O destaque ficou para os indivíduos do meio rural que apresentaram as maiores valores na categoria sem instrução, se comparado com o meio urbano. Apesar de apresentarem uma queda no período, os resultados ainda são altos. Para o ano de 2016, o valor era de 17,5% e, em 2017, esse valor diminuiu para 16,5%.

Tabela 10: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo a localidade – (2016 e 2017)

	Sem instrução		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Urbana	6,2	5,7	30,7	30,5	9,4	8,7	4,0	4,6	28,4	28,8	3,8	4,1	17,3	17,6
Rural	17,5	16,5	54,9	54,5	7,3	7,2	3,3	3,6	13,0	13,6	1,0	1,0	3,0	3,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Já no meio urbano, os valores são menores em relação ao meio rural, passando de 6,2% em 2016 para 5,7% em 2017. Em relação ao ensino fundamental incompleto, novamente o meio rural foi o de maior destaque. Apesar de ter diminuído nos dois anos para as duas localidades, o meio rural está mais propício de apresentar jovens que apresentam o ensino fundamental incompleto, o que também acontece para a categoria de ensino fundamental completo, onde a população rural apresenta os menores índices.

Ainda de acordo com a Tabela 10, em relação ao ensino médio incompleto e completo, a população do meio rural se destaca em apresentar os menores resultados em ensino médio completo, sendo está a segunda categoria que apresenta os menores valores se comparado com a população da modalidade urbana. Já no quesito ensino superior incompleto, a população rural apresentou os menores valores, apenas 1% da população possui ensino superior incompleto, no entanto, no quesito ensino superior completo, os valores para o meio rural são inferiores ao ambiente urbano, onde apenas 3,0% da população possuía ensino superior completo para o ano de 2016, elevando-se para 3,5% em 2017. Já no setor urbano, os resultados se sustentaram em torno dos 17% no período.

Analisando a Tabela 11, considera-se ainda o nível de instrução, mas segmentado por cor ou raça. Verifica-se que a população preto/parda e a que expressa os maiores valores nas categorias de ensino mais baixo, sendo estes sem instrução, ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto. No segmento de ensino superior incompleto, os valores foram menores do que o obtido para a população branca, que também possui os melhores resultados para o ensino superior completo.

A população branca se destaca em quase todas as condições, apresentando redução dessas pessoas nos níveis de instrução mais baixos (sem instrução até fundamental completo) e tendência de aumento nos níveis de instrução mais elevados. O destaque da população branca ocorre na categoria de ensino superior, onde alcançou 20,9% em 2017. A população preto/parda também registrou tendência de redução nos indicadores com menor nível de instrução e elevação do ensino médio completo ao ensino superior, porém com valores inferiores, chegando em 2017 com participação de 9,3% no ensino superior completo, o que representava 40% do valor registrado na população branca.

Tabela 11: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça – (2016 e 2017)

	Sem instrução		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Branca	4,9	4,5	29,3	29,1	9,0	8,3	3,3	3,7	27,2	27,1	4,1	4,3	22,2	22,9
Preta ou Parda	10,4	9,5	38,5	37,9	9,3	8,7	4,5	5,0	25,6	26,5	2,8	3,0	8,8	9,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Analisando esses indivíduos pelas grandes regiões, na Tabela 12, evidencia-se que é a região Nordeste o maior destaque para pessoas sem instrução, seguido pelo Norte, apesar de indicarem redução da participação das pessoas nos níveis de ensino mais baixo até o fundamental completo. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os menores valores nessa modalidade para os dois anos analisados.

No ensino médio incompleto, a região Norte apresentou os maiores valores nos anos de 2016 e 2017, enquanto a região Sudeste obteve os menores em comparação às demais. Esta foi a região que apresentou diminuição de 0,7 p. p. nesta categoria. Em contrapartida, a região Nordeste, registrou redução de apenas 0,2 p. p.. No quesito do ensino médio completo, três das cinco regiões, Norte, Nordeste e Sudeste, apresentaram um aumento de 2016 para 2017 nesta categoria, enquanto que nas regiões Sul e Centro-Oeste, os valores demonstraram retração.

Na categoria de ensino superior incompleto, o Nordeste se destacou com os menores índices, e também por permanecer constante nos dois anos analisados. Já a região Centro-Oeste apresentou os maiores valores nesta modalidade em termos absolutos, com uma variação de 0,3 p. p. entre 2016 e 2017. As regiões Norte e Sul, exibiram os maiores valores, com aumento de 0,5 p. p., cada uma, entre os anos analisados. Na região Sudeste, obteve-se 3,8% de participação das pessoas, sendo o terceiro maior valor entre as cinco regiões consideradas em 2017. Na modalidade de ensino superior completo, a região Sudeste aparece também com o maior destaque, com valores se concentrando em 18%, seguida pelo Sul e o Centro-Oeste. A região Nordeste apresentou aumento na participação das pessoas nos dois anos em análise, mas em valores absolutos, verifica-se que é a menor dentre todas as regiões.

Tabela 12: Brasil - Distribuição percentual do nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por regiões – (2016 e 2017)

	Sem Instrução		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Norte	9,9	8,8	36,9	36,4	7,7	7,3	4,9	5,4	26,2	26,8	3,2	3,7	11,1	11,6
Nordeste	14,9	14,3	37,6	37,3	7,0	6,6	4,3	4,5	23,5	24,2	2,7	2,7	9,9	10,3
Sudeste	4,5	3,8	30,9	30,4	10,1	9,3	3,5	4,2	28,9	29,6	3,6	3,8	18,6	18,8
Sul	4,3	3,9	36,5	36,4	10,8	10,3	3,8	4,4	24,3	24,1	3,9	4,4	16,2	16,5
Centro-Oeste	7,0	6,8	33,0	32,7	8,9	7,8	4,5	5,0	25,1	24,6	4,0	4,3	17,4	18,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

A Tabela 13 exibe a distribuição percentual da população de 18 a 29 anos, que não frequentou escola ou apresentou alguma qualificação, mas que não havia concluído o ensino médio, por algum motivo, distinguindo-se por sexo.

Verifica-se que os homens apresentaram valores maiores do que as mulheres, quando se referia a questão “trabalha, está procurando trabalho ou conseguiu algum trabalho que vai começar em breve”, com elevado percentual de pessoas que não concluíram o ensino médio. Apesar dos valores diminuírem nos dois casos, este é o indicador de maior destaque nos dados apresentados na tabela, seguido pela questão que aborda a falta de interesse em terminar o ensino médio, com percentual em torno de 33% para os homens e 20% para as mulheres, com um aumento nos dois anos analisados, para os ambos os sexos.

Quando se aborda as situações de não ter vaga ou escola na localidade, não possuir vaga ou as escolas serem distantes, as mulheres surgem com maior frequência, se comparado com os homens. Mas nos dois anos citados, os resultados diminuíram para as mulheres, enquanto verificou-se um pequeno aumento para os homens. De todo modo, este é um motivo importante do ponto de vista de ações de políticas públicas, já que as pessoas ainda deixam de estudar por falta de infraestrutura e acesso às instituições de ensino.

Tabela 13: Brasil - Distribuição percentual da população de 18 a 29 anos que não frequenta escola ou alguma qualificação e não havia concluído o ensino médio, segundo o sexo – (2016 e 2017)

	Homem		Mulher	
	2016	2017	2016	2017
Trabalha, está procurando trabalho ou conseguiu trabalho que vai começar em breve	53,6	52,5	23,8	23,2
Não tem vaga ou escola na localidade ou estava distante	2,1	2,2	3,1	2,9
Falta de dinheiro para pagar as despesas	1,9	2,0	1,8	2,2
Por gravidez, problema de saúde ou pessoa com deficiência	4,0	4,4	6,5	6,7
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso etc	0,9	0,9	40,9	39,5
Estudando para concurso ou estudando por conta própria para vestibular	0,2	0,2	0,1	0,1
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	3,2	2,8	2,3	2,3
Não tem interesse	32,2	33,6	19,9	21,5
Outro	1,9	1,6	1,7	1,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Pela falta de dinheiro e por ter concluído o nível de estudo desejado, os homens aparecem com os maiores valores. Já no caso de afazeres domésticos, por gravidez, cuidados com crianças, problema de saúde ou pessoa com deficiência, as mulheres de destacam como sendo a grande maioria. No caso dos afazeres domésticos, ocorreu uma diminuição nos dois anos analisados para as mulheres, mas com percentual ainda muito significativo que representa 40,9% para o ano de 2016 e 39,5% para o ano de 2017. Para o gênero masculino os valores permaneceram constantes nos dois anos, em torno de 0,9%.

No quesito que trata de estar estudando para prestar concurso ou vestibular, os dados não são tão significativos, sendo este um dos fatores que explicitam o fato dos jovens desistirem de concluir o ensino médio. Pode-se inferir que outros elementos interferem na não continuidade dos estudos por parte dos jovens, o que terminará por se refletir nas condições

futuras de trabalho e renda.

A Tabela 14 destaca a distribuição percentual das pessoas, pelo rendimento real *per capita* e pela cor ou raça, segundo as grandes regiões. Observando os menores rendimentos, as regiões Norte e Nordeste apresentam-se como destaque para as pessoas que possuem a pele preta ou parda, sendo a primeira a região que apresentou os maiores percentuais nos dois anos citados, ficando em torno de 85%. A região Nordeste também apresenta números elevados para os dois anos, com cerca de 80%. Na região Sul aconteceu o contrário, pois a população branca é a de maior porcentagem nessa característica com menores rendimentos, oscilando próximo de 60%. Na região Sudeste e Centro-Oeste, a população preta ou parda também apresenta as maiores participações se comparados com a população branca.

Tabela 14: Brasil - Distribuição percentual da população, por classes de pessoas em ordem crescente de rendimento real efetivo domiciliar per capita e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – (2016 e 2017)

	Entre os 10% com menores rendimentos				Entre os 10% com maiores rendimentos			
	Branca		Preta ou parda		Branca		Preta ou parda	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Norte	13,1	12,5	85,9	84,8	34,8	34,2	63,9	64,4
Nordeste	18,5	18,7	81,0	80,8	41,7	42,8	57,6	56,4
Sudeste	34,8	35,2	64,8	64,2	80,7	78,1	16,0	19,0
Sul	61,7	59,3	37,9	39,9	91,1	91,3	7,5	7,9
Centro – Oeste	26,0	25,0	73,7	74,0	60,3	56,2	38,6	41,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Analisando as pessoas com os maiores rendimentos pela cor ou raça, as regiões Norte e Nordeste são novamente os maiores destaques. Contudo, sendo as pessoas com maiores rendimentos de cor ou raça preta ou parda, tendo em vista ser esta a maioria da população. Na região Norte houve um aumento para o ano de 2017, passando de 63,9% para 64,4% nos anos listados. Já na região Nordeste houve uma diminuição no número desses indivíduos, passando de 57,6% em 2016 para 56,4% em 2017. Mas, se comparado com a população branca nessas duas regiões, os valores serão maiores para os anos de 2016 e 2017. Nas demais regiões, a população branca apresenta taxas maiores do que a população preta ou parda, sendo mais

notório na região Sul, onde os valores são acima dos 90% para a população branca, seguido das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Considerando a Tabela 15, apresenta-se a distribuição percentual a partir da origem dos rendimentos, com destaque para as categorias trabalho, aposentadorias e pensão. Na categoria trabalho, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram os maiores valores, com destaque para a região Centro-oeste, apesar de ter ocorrido diminuição de 0,9 p.p. no Norte para o ano de 2017. A região Nordeste foi a que exibiu os menores valores absolutos nesta categoria, com uma redução de 0,7 p.p. de 2016 para 2017. A região Sul apresentou importante participação dos rendimentos pelo trabalho, mas foi a que registrou a maior diminuição entre os dois anos analisados, com 1,4 p.p, seguido pelo Sudeste, com variação de 1,2 p.p..

Tabela 15: Brasil - Distribuição percentual dos rendimentos reais efetivos por classes de rendimento per capita, segundo as Grandes Regiões – (2016 e 2017)

	Origem dos rendimentos					
	Outras fontes		Trabalho		Aposentadoria e pensão	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Norte	8,1	7,8	78,0	77,1	13,9	15,0
Nordeste	8,6	8,8	68,1	67,4	23,3	23,8
Sudeste	5,9	6,4	76,2	75,0	17,9	18,6
Sul	5,9	6,3	74,7	73,3	19,4	20,4
Centro - Oeste	6,2	6,5	77,8	77,8	16,0	15,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

No tocante aos rendimentos por aposentadorias ou pensões, os dados indicam que todas as regiões apresentaram elevação, com notoriedade para a região Nordeste com valores acima de 23%. A região Norte e Centro-Oeste foram as que exibiram os menores valores nessa categoria, com variação para mais de 1,1 p.p. para a região Norte e 0,3 p.p. para região Centro-Oeste, entre 2016 e 2017. Já nas demais regiões, as participações giraram em torno de 20% no Sudeste e 18% no Sul. Em outras fontes de rendimento, os valores aumentaram para quatro das cinco regiões, com exceção da região Norte que apresentou uma variação para baixo. Com isso, é possível observar que a maior parte dos rendimentos das regiões são provenientes do trabalho dos indivíduos.

Segundo o nível de instrução dos indivíduos, a Tabela 16 apresenta o rendimento real médio por sexo. Observou-se que na medida em que o nível de instrução das pessoas aumentou, o rendimento médio cresceu para os dois sexos, nos dois anos analisados.

Tabela 16: Brasil - Rendimento real efetivo domiciliar per capita, por sexo, segundo o nível de instrução – (2016 e 2017) – Em R\$

	Homem		Mulher	
	2016	2017	2016	2017
Sem instrução ou fundamental incompleto	797	802	803	816
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	994	961	903	881
Ensino médio completo ou superior incompleto	1 440	1 418	1 275	1 262
Ensino superior completo	4 182	4 145	3 478	3 369

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016 e 2017. Elaboração própria, 2019.

Para a categoria “sem instrução ou fundamental incompleto”, foi possível considerar que os rendimentos aumentaram entre 2016 e 2017, tanto para os homens quanto para as mulheres. Nos demais níveis de instrução, é possível perceber que os rendimentos diminuíram para os dois sexos. Já os indivíduos que apresentam ensino médio completo ou ensino superior completo, possuem os maiores índices de rendimentos para os dois sexos, com maior destaque para as pessoas que têm ensino superior completo. Por outro lado, com exceção do nível de instrução mais baixo, as mulheres sempre registraram remunerações menores que a dos homens, embora sejam elas que apresentam a maior participação no ensino superior completo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, nesta pesquisa, que os jovens apresentam várias fragilidades no mundo do trabalho, pois fatores como nível de instrução, localidade e as mudanças na estrutura das ocupações dificultam a inserção profissional dessas pessoas no mercado de trabalho. O estudo da geração nem-nem é importante, visto que esses jovens apresentam maiores condições de vulnerabilidades sociais, as quais podem resultar em déficits de produtividade por parte desses indivíduos, interferindo no crescimento da economia brasileira devido à baixa competitividade da força de trabalho.

No tocante às políticas públicas de incentivo para inserção profissional dos jovens, vários programas e ações foram criados com a intenção de melhorar os níveis educacionais de jovens e adultos brasileiros. A necessidade de políticas públicas eficazes é de extrema importância para atender essa demanda de jovens, cabendo ao Estado, instituições privadas e organizações não governamentais, criar ações que assegurem aos jovens capacitações e profissionalizações. A necessidade de programas que obtenham mais efetividade é muito importante, aprimorando a fiscalização e o gerenciamento mais rigoroso dos recursos para que os objetivos estabelecidos por estes programas sejam alcançados.

A partir da análise dos dados foi possível observar diversos fatores que levam esses indivíduos a não estudarem e não trabalharem. A região Nordeste apresentou os maiores índices de jovens na condição nem-nem e a região Sul exibiu os menores valores. Quanto à condição de gênero e idade, com jovens de 15 a 29 anos, percebeu-se que os resultados para o sexo feminino foram crescentes para todas as faixas de idade, porém, os jovens do sexo masculino também registraram aumento na situação de nem-nem. Em comparação com o sexo masculino, as mulheres apresentaram maior possibilidade para a condição de nem-nem, o que pode ser atribuído a aspectos culturais, políticos e de reprodução, que concentram as mulheres nos trabalhos e afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos.

A pesquisa também mostrou a distribuição dos jovens que estão inseridos no mundo do trabalho e aqueles que estão fora. Para aqueles jovens que estão no mercado de trabalho, a região Sudeste apresentou os maiores valores e a região Norte os mais baixos nesta categoria. Em relação aos jovens que estavam fora da força de trabalho, o destaque foi a região Norte que apresentou os maiores números, e a região Sudeste, os menores. Observando as características anteriores por grupos de idade, os jovens de 18 a 24 anos têm maior participação na força de trabalho e também fora da força de trabalho. Observando os níveis educacionais pela localidade, o estudo mostrou que indivíduos inseridos no meio rural

apresentam taxas maiores de instrução que no meio urbano. A situação do domicílio também pode interferir nas razões para os jovens não procurarem trabalho ou não estudarem, considerando as dificuldades estruturais no acesso à educação e na geração de emprego e renda nas localidades rurais.

A partir da investigação realizada, considera-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados adequadamente. A pesquisa teórica e bibliográfica e as informações de dados secundários foram capazes de mostrar a situação dos jovens nem-nem no mercado de trabalho e os principais fatores que podem interferir na entrada dos jovens no mercado, no adiamento ou até na marginalização desses indivíduos pelo mercado, o que nos permite observar a categoria “trabalho” como questão social e econômica.

Com os resultados alcançados neste trabalho, intenciona-se mostrar como o crescimento dos jovens caracterizados na condição “nem-nem” no Brasil é preocupante, necessitando um acompanhamento por meio de políticas públicas para melhorar as condições de qualificação e inserção dessa força de trabalho. Sendo assim, é importante que tais políticas sejam capazes de assegurar que esses jovens permaneçam mais tempo na formação escolar e profissional, visando prepará-los para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo, sendo a competitividade um elemento determinante para essa geração em meio aos avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. 2015, p. 1-17. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf> Acesso em: 22 jan. 2019

ASSIS, Maria Cristina. Metodologia do trabalho científico. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf> Acesso em: 25 set. 2018

BORGES, Ângela. Os jovens nos anos 1990: desemprego, inclusão tardia e precariedade. **Bahia Análises & Dados**, Salvador, v.18, n.1, p. 157-170 abr/jun. 2008. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20180427_bahiaanaliseedados_v.18_n.1abr.jun_2008_p.157_170_.pdf> Acesso em: 10 set. 2018

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n.60, p. 619-632, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-792010000300012&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10 set. 2018

BORGES, Ângela. Déficit Juvenis ou Déficit de lugares? O desemprego e a ocupação dos jovens nos mercados de trabalho das metrópoles do Nordeste e do Sudeste. **Revista da ABET**, Salvador, v.7, n.2 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15241/8632>. Acesso em: 10 set. 2018

BORGES K. Bruna. Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do país: breve análise. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v.41, n.3, p. 101-108 2014. Disponível em: <https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/3032/3217> Acesso em: 15 set. 2018

BULHÕES, Maria das Graças Pinto. Plano nacional de qualificação do trabalhador – PLANFOR, acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v.18, n.4, p.39-49, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000400006&script=sci_arttext. Acesso em: 10 mar. 2019

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21 (1), abril 1991, 3-23. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf> Obtido em: 18 de dezembro de 2018.

CABANAS, Pedro; KOMATSU Bruno; MENENES F. Naercio. Crescimento de renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. **ANPEC**, p. 1-18, 2014. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i13-ba9afad4eceb6713f8315ba553c3370a.pdf Acesso em: 16 set. 2018

CAMARANO, Ana; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **IPEA**, n.53, Nov. 2012. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt53_nt03_jovens.pdf Acesso em 16 set. 2018

CARDOSO, Adalberto. Juventude, Trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n.68, p. 293-314 Maio/Ago. 2013.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 15 set. 2018

CARVALHO, Rejane Gomes. **Entre a qualificação profissional e a formação cidadã: um árido desafio para o PNQ/PlanTeQ na Paraíba**. Tese de doutorado. PPGS/UFPB, João Pessoa: [s.n.], 2011.346f.

CASTIONI, Remi. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e humanas, Santa Maria**, v.26, n.1, Jan/Abr, 2013, p. 25-42.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019

COSTA, N. Maria Ana. O talento jovem, a internet e o mercado de trabalho da “economia criativa”. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 554-563, 2011. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3991680>. Acesso em: 21 nov. 2018

FERNANDES, L.A.; GOMES, J.M.M. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais:

Características e modalidades de investigação. v.3, n.4, 2003. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11638/6840>. Acesso em: 9 out. 2018

FILHO, N. M.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. A condição “nem nem” entre os jovens é permanente? **Instituto de ensino e pesquisa. INSPER**, São Paulo. Ago. 2013, n.7. p. 1-23 Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/PolicyPaper_Condicao_NemNem.pdf Acesso em: 16 ago. 2018

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. Projeja e Pronatec: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 84-100, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45658/2883>. Acesso em: 10 mar. 2019

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Clara Maria. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, n. 14, p. 1-25. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a0>. Acesso em: 22 jan. 2019

HOFFMANN, Rodolfo. Como aposentadorias e pensões afetam a educação e o trabalho de jovens do domicílio. **Economia e Sociedade**. Campinas, Abr. 2010, v. 19, n.1. p. 201-209.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a08v19n1> Acesso em: 16 ago. 2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em: 9 out. 2018

MONTEIRO, Joana. Quem são os jovens nem nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. **Instituto brasileiro de economia da fundação Getúlio Vargas. FGV**, Set. 2013, p. 1-17. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11661/Quem%20s%C3%A3o%20os%20jovens%20nem-nem.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 17 ago. 2018

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Proeja: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. **MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro**. Rio de Janeiro, 2006, v.16, p. 36-53. Disponível em: <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Proeja-O-significado-socioeconomico-e-o-desafio-da-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-curr%C3%ADculo-inovador.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019

MACHADO, Maria Margarida; GARCIA, Lênin Tomazett. Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Vol. 1, nº 1, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/243>. Acesso em: 21 mar. 2019

MADEIRA, Maria Helena. Ensino profissional de jovens um percurso escolar diferente para a (Re) construção de projectos de vida. **Revista Lusófona de Educação**, n.7, Lisboa, 2006. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502006000100008. Acesso em: 16 dez. 2018

MARTINS H. Heloisa. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação. **Tempo social**, São Paulo, v.13, n.2, p. 61-87 Nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2018

GASPARINI, Claudia e PATI, Camila. 26 carreiras que têm tudo para fugar os jovens da geração Z. **Revista Exame**, 5 nov. 2015. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/26-carreiras-que-tem-tudo-para-fugar-os-jovens-da-geracao-z/>. Acesso em: 20 nov. 2018

PAZ, Erica. As novas profissões criadas na área da internet; descubra as promissoras. **Cidade Verde**, 1 maio 2018. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/271070/as-novas-profissoes-criadas-na-era-da-internet-descubra-as-promissoras>. Acesso em: 20 nov. 2018

PEREIRA, B. C. G. Maria, SILVA, D. Bento. A tecnologia sob o olhar de jovens e famílias: usos, valores, competências e o factor divisão digital. **Universidade do Minho**, 2009, p. 555-570. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10031> Acesso em: 13 dez. 2018

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica** “Diálogos Acadêmicos”, n.1, p. 72-87, Jan-Jul, 2015. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf Acesso em: 25 set. 2018

RAINHO, Marcos João. “Os nem nem”: jovens que nem estudam nem trabalham já são 11 milhões no Brasil. **Políticas Públicas**. Edição 249, 16 de maio 2018. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/nem-nem-jovens-nem-estudam-nem-trabalham-sao-11-milhoes-brasil/> Acesso em: 11 nov. 2018.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Editora UFPR**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/er/n29/04.pdf> Acesso em: 22 jan. 2019

SANTOS, Georgia Sobreira dos. A Qualificação profissional como instrumento de regulação social: do PLANFOR ao PNQ. **ANPED**, 2004, n.9, p. 1-16. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/qualificacao-profissional-como-instrumento-de-regulacao-social-do-planfor-ao-pnq> Acesso em: 10 mar. 2019

SARAVIA, Enrique, FERRAREZI, Elizabete. Coletânea de políticas públicas: volume 1: introdução à teoria da política pública. **Políticas públicas e sociais**, Brasília, 2000, cap. 1, p. 1-26. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254> Acesso em: 13 jan. 2019

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e políticas sociais no Brasil. **IPEA**, Brasília, 2009, capítulo 1, 303p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641 Acesso em: 22 jan. 2019

SOUTO, Anna Luiza Salles; ALMEIDA, Elmir de. Jovens: políticas públicas – mercado de trabalho. São Paulo, 2000, 80p, (**Publicações Pólis**, 25). Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/jovens-politicas-publicas-mercado-de-trabalho> Acesso em: 13 jan. 2019

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003 Acesso em: 13 jan. 2019

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2003, n.24, dez, p. 16-39. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 11 nov. 2018

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Políticas Públicas**, Bahia, 2002, p. 1-11. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

TILLMANN, Eduardo; COMIN, Flávio. Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem nem. **Pesquisa e planejamento econômico. PPE**, Rio Grande do Sul. Ago. 2016, v.46, n.2. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7290/1/PPE_v46_n02_Determinantes.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das desigualdades digitais no Brasil. **Rede de informação tecnológica latino-americana, RITLA**, 1 edição, 2007. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/mapa_desigualdades_digitais.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.